



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

ANA CAROLINA MATTOS DE SOUSA FERRAZ

**PROFESSORES ASSEDIADORES: O ASSÉDIO SEXUAL NA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Brasília

2017

ANA CAROLINA MATTOS DE SOUSA FERRAZ

**PROFESSORES ASSEDIADORES: O ASSÉDIO SEXUAL NA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília
como requisito parcial para a obtenção de título bacharel em
Serviço Social.

Orientadora Prof^a Dr^a Patrícia Pinheiro

Co-orientadora Prof^a Dr^a Roberta Gregoli

ANA CAROLINA MATTOS DE SOUSA FERRAZ

**PROFESSORES ASSEDIADORES: O ASSÉDIO SEXUAL
NA UNVIERSIDADE DE BRASÍLA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção de título de bacharel em Serviço Social.

A candidata foi considerada _____ pela banca examinadora.

Comissão Avaliadora:

Professora Doutora Patrícia Pinheiro
(Departamento de Serviço Social UnB)

Professora Doutora Tatiana Lionço -Membro Interno
(Instituto de Psicologia – IP/UnB)

Professora Doutora Roberta Gregoli – Membro Externo
(Faculdade de Comunicação - FAC e ONU Mulheres)

Brasília
2017

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho em primeiro lugar, à todas as estudantes vítimas de assédio sexual, independe do assediador ser aluno ou professor. Em especial para aquelas que contribuíram de maneira corajosa para que essa pesquisa fosse realizada, aquelas que lutam para modificar esse triste cenário e aquelas que se silenciaram, por medo ou fragilizadas pela falta de apoio. Nós não estamos sozinhas!

Dedico, também, de forma especial, ao Centro de Convivência de Mulheres, aos demais coletivos feministas e movimentos de resistência que vem lutando em conjunto para combater a violência contra nós mulheres. Existimos, logo resistimos!

Finalizo minha dedicatória, com a expectativa de que este trabalho subsidie ações efetivas e protetivas para as estudantes dentro da Universidade de Brasília.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos vão a todos que me ajudaram e apoiaram nesse processo, árduo de conclusão de curso. Foram dias difíceis e sem o apoio de todos, essa finalização não seria tão gratificante!

Em primeiro lugar, quero agradecer à minha mãe por ter feito de tudo para me acalmar nesse processo. Por ter virado noites e noites comigo e me ajudando da melhor forma e toda a paciência. E além disso, por ser apoiadora das minhas decisões mais difíceis. Obrigada, mãe!

Um agradecimento, muito especial, à minha co-orientadora, Roberta Gregoli, que me ajudou e me propôs esse grande desafio com a temática abordada. Obrigada por ter aceitado me co-orientar e por todos os puxões de orelha via correções! Agradeço muito por ter tido a oportunidade, mais uma vez, de tê-la como parte da minha vida acadêmica, e por me desencadear esse grande interesse na temática de violência de gênero.

Agradeço as minhas queridíssimas, Naiara e Luana que foram espetaculares e me ajudaram muito nesse processo. Além de outras amigas, como Gabriela, Hellen, Rebeca, Lara, Cindy e João, que me ajudaram a não enlouquecer nessa fase. Obrigada!

Agradeço à minha orientadora, Patrícia Pinheiro, por ter me acolhido no momento de desespero no início desse longo processo de conclusão de curso e por ter feito parte da minha vida acadêmica, deixando as aulas leves e engraçadas.

Obrigada minha família principalmente meu paidrasto André, meu irmão Thyê e minha avó Nazareth. Além todas as pessoas que são muito importantes nessa caminhada que é a vida. Obrigada à todos por existirem!

“Sonhar mais um sonho impossível
Lutar quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender

Sofrer a tortura implacável
Romper a incabível prisão
Voar num limite improvável
Tocar o inacessível chão

É minha lei, é minha questão
Virar este mundo, cravar este chão
Não me importa saber
Se é terrível demais
Quantas guerras terei que vencer
Por um pouco de paz [...]”

Maria Bethânia

RESUMO

Este trabalho é um estudo realizado através de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, sobre a ocorrência de casos de assédio sexual na Universidade de Brasília, praticados por professores com as estudantes mulheres. Utilizou-se um questionário online disponibilizado para alunas dos quatro campus: Faculdade do Gama -FGA, Faculdade de Ceilândia- FCE, Faculdade de Planaltina- FUP e Darcy Ribeiro, com intuito de coletar os dados dos casos ocorridos e do conhecimento de lugares de apoio às vítimas. Os resultados demonstraram um índice estarrecedor da prática da violência contra a mulher no ambiente acadêmico, principalmente a questão o assédio sexual ligado a relação hierárquica de professor e aluna. Além as evidencias, a precariedade de políticas de responsabilização e protocolos, dentro dos campus acadêmicos, voltadas a orientação, prevenção e apoio as vítimas. Esse cenário no meio acadêmico e científico é responsável por promover políticas machistas e sexistas, favorecendo o silenciamento, através da insegurança, medo, principalmente de retaliações, fomentado pela falta de apoio efetivo e eficiente por parte universidade para essas estudantes.

Palavras chaves: Assédio Sexual; Violência contra as mulheres; Universidade; Professor; Assediador; Gênero

ABSTRACT

This work is a qualitative and quantitative study, based on the occurrence of sexual harassment cases at the University of Brasilia, practiced by teachers with female students. An online questionnaire was made available to students from the four campuses: FGA, FCE, FUP and Darcy Ribeiro, in order to collect the data of the cases occurred and the knowledge of places of support to the victims. The results showed a staggering index of the practice of violence against women in the academic environment, especially the issue of sexual harassment linked to the hierarchical relationship of teacher and student. In addition to the evidence, the precariousness of accountability policies and protocols, within academic campuses, aimed at orientation, prevention and support to victims. This scenario in the academic and scientific milieu is responsible for promoting sexist and sexist policies, favoring the silencing, through insecurity, fear, mainly of retaliation, fomented by the lack of effective and efficient support by the university for these students.

Keywords: Sexual harassment; Violence against Woman; University; Teacher; Stalker; Gender.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gráfico referente as respostas obtidas na questão de número 1 em %.....	42
Figura 2 – Gráfico referente as repostas obtidas na questão de número 2 em %.....	42
Figura 3 - Gráfico referente as respostas obtidas na questão de número 3 em %.....	43
Figura 4 - Gráfico referente as respostas obtidas na questão de número 4 em %.....	44
Figura 5 - Gráfico referente as respostas obtidas na questão de número 5 em %.....	44
Figura 6 - Gráfico referente as respostas obtidas na questão de número 7 em %.....	46
Figura 7 - Gráfico referente as respostas obtidas na questão de número 8 em %.....	50
Figura 8 - Gráfico referente as respostas obtidas na questão de número 10 em %.....	51
Figura 9 - Gráfico referente as respostas obtidas na questão de número 11 em %.....	51
Figura 10 - Gráfico referente as respostas obtidas na questão de número 12 em %.....	52
Figura 11 - Gráfico referente as respostas obtidas na questão de número 13 em %.....	53
Figura 12 - Gráfico referente as respostas obtidas na questão de número 14 em %.....	55
Figura 13 - Gráfico referente as respostas obtidas na questão de número 15 em %.....	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Descreve os cursos e o quantitativo em número de participantes da questão de número 6.....45

Tabela 2 – Descreve o conhecimento de lugares de apoio, em número e participantes da questão de número 12.1.....53

Tabela 3 – Descreve onde as vítimas de assédio sexual buscam apoio, em número de participantes das questão de número 12.....54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CA- Centro Acadêmico

CCM – Centro de Convivência de Mulheres

CPAD – Comissão de Processo Administrativo

CNJ- Conselho Nacional de Justiça

DIV- Diretoria de Diversidade

DEAM – Delegacia da Mulher

DEG – Decanato de Estudantes de Graduação

DGP – Decanato de Gestão e Pessoas

FAC- Faculdade de Comunicação

FCE -Faculdade de Ceilândia

FD- Faculdade de Direito

FGA- Faculdade do Gama

FUP – Faculdade de Planaltina

LGBTQ- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero e Queer

NEIM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulheres

NUMAP- Núcleo de Extensão Maria da Penha

OEA – Organização dos Estados Americanos

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

POLI-USP- Escola Politécnica da Universidade de São Paulo

SEI – Serviço Eletrônico de Informação

SOU – Serviço de Orientação ao Universitário

UC – Universidade da Califórnia

UEM – Universidade Estadual de Maringá

UFBA- Universidade Federal da Bahia

UFG- Universidade Federal do Goiás

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UNB- Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
METODOLOGIA	16
CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO	
1. O Fênomeno da Violência e a Violência Contra as Mulheres.....	18
1.1. Tipos de Violência Contra a Mulher.....	25
2. Violência Contra as Mulheres no Ambiente Universitário.....	27
3. Assédio Sexual.....	33
3.1. Assédio Sexual nas Universidades.....	36
3.2. Casos de Assédio Sexual na Universidade de Brasília.....	38
CAPÍTULO II – ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO SEXUAL NA UNIVERSIDADE	41
Universidade de Brasília e o Enfrentamento do Assédio Sexual.....	44
Fluxo de denúncia.....	45
CAPÍTULO III – PESQUISA SOBRE O ASSÉDIO SEXUAL NA UNVIERSDADE DE BRASÍLIA E ANÁLISE DOS DADOS	
Parte I - O perfl.....	46
Parte II - O Assédio Sexual na Universidade de Brasília.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	
BIBLIOGRÁFICAS	66
ANEXOS	72
Anexo 1 – Fluxograma de denúncia UC Berkeley.....	72
Anexo 2 – Ato de Suspensão – Caso FAC.....	73
Anexo 3- Carta-relato Ariadne Wojcik.....	74
Anexo 4 – Relatos/comentários na pesquisa – item 16.....	77

INTRODUÇÃO

O ambiente acadêmico possui por traz de toda sua imagem de seriedade, um lado extremamente doloroso para muitas mulheres: a violência. O assédio sexual está entre uma das violências praticadas contra as mulheres dentro do meio universitário e é um tema extremamente complexo e silenciado. O Instituto Avon em conjunto com o Data Popular, realizaram uma pesquisa sobre violência contra as mulheres, coletando e mapeando dados de extrema importância para a discussão e exposição, através de índices quantitativos e qualitativos do ambiente acadêmico brasileiro. Segundo a pesquisa, grande parte das estudantes mulheres já sofreram algum tipo de violência nas instituições universitárias: assédio sexual, coerção, violência sexual, física, desqualificação intelectual e agressão moral/psicológica, seja por parte de professores, funcionários ou mesmo de outros alunos.

Diante dessas evidências, cabe salientar que o assédio sexual não é definido apenas por contato físico, mas sim por várias as condutas como: importunar, constranger, cantadas, molestar com perguntas ou pretensões, fazer gestos, escritas, abordar de forma invasiva, imagens transmitidas, comentários sutis, etc¹. Muitas alunas sofrem ou já sofreram assédios e, muitos desses casos são abafados pelas próprias instituições. Sendo esse, o ponto crítico que faz com que a vítima fique à mercê de seu próprio assediador, com medo de retaliações em sua vida acadêmica, ameaças, exposição, o que pode acarretar problemas tanto na universidade como na vida pessoal (saúde mental, família, relacionamentos e etc).

Atualmente, as mulheres são a maioria dentro das universidades. Entretanto, isso não é o suficiente para minimizar o cenário machista e sexista do meio acadêmico. Nessa linha, a autora Tânia Almeida fala sobre a questão histórica por detrás de das violências contra a mulher dentro do espaço universitário, o que culmina na construção social de gênero, e principalmente na estrutura machista do meio acadêmico e científico.

A violência naturalizada, as mulheres são violentadas e silenciadas. Atualmente, mesmo com uma sociedade extremamente machistas, as mulheres estão se empoderando cada vez mais e a necessidade de combater todo esse contexto de

¹JANSSEN, Danielle. Assédio Sexual? Professor e Aluno. Disponível em < <http://phmp.com.br/artigos/o-assedio-sexual-professor-e-aluno/>> Setembro, 2013.

violência está sendo enxergada. Com isso, vem crescendo os movimentos de luta de mulheres e o surgimento de coletivos feministas, apresentando a ideologia feminista as mulheres e meninas, conscientizando e dando conhecimento às situações de machismo, violência e dando apoio também. É essencial que ocorra essa preocupação dentro do espaço acadêmico, pois as alunas estão suscetíveis a variadas formas de violência, além da necessidade da existência uma rede de apoio dentro da universidade com o fim de auxiliar as vítimas, impossibilitando qualquer silenciamento e retaliação por parte do agressor. Dentro dessa linha de pensamento, se tornam pertinentes alguns questionamentos: quais mecanismos a Universidade de Brasília possui para apoiar, auxiliar as alunas vítimas de assédio? Existem protocolos? Cada departamento é responsável pelos casos? Existe um lugar de denúncia? A quem procurar?

A partir desses questionamentos, a pergunta norteadora desse trabalho é: Quais mecanismos de apoio a Universidade de Brasília oferece para as estudantes vítimas de assédio sexual cometido por professores? Com o objetivo de compreender o papel da universidade no enfrentamento do assédio sexual por parte de professores contra alunas, os mecanismos de responsabilização

Visto que nos últimos dois anos aconteceram casos notórios de assédio sexual na Universidade de Brasília: na Faculdade de Comunicação – FAC após uma série de denúncias feitas por estudantes desde 2015 e a UnB só tomou uma posição em 2017, afastando o professor de cinema por 60 dias, e na Faculdade de Direito-FD, onde o caso levou ao suicídio da vítima. Além desses, existem vários casos que são escondidos pelas próprias vítimas por medo e pelos próprios departamentos.

Neste trabalho evidenciarei o tema de assédio sexual dentro dos campus Darcy Ribeiro, FGA, FCE e FUP da Universidade de Brasília através de uma pesquisa usando o método de pesquisa quantitativo e qualitativo, através de um questionário online para coleta de dados e utilização de bibliografia, além de reportagens, hashtags e campanhas de coletivos sobre a temática abordada. A pesquisa será feita por amostragem das estudantes universitárias dos quatrocampus da Universidade de Brasília. Após o levantamento de dados, serão estudados os mecanismos existentes na universidade em relação a protocolos, fluxos, encaminhamentos e campanhas de conscientização. Tendo em vista a análise da pesquisa sobre assédio sexual, a hipótese levantada é:a

Universidade de Brasília necessita de protocolos e mecanismos de enfrentamento para a responsabilização dos assediadores e proteção das alunas.

A estrutura do trabalho é de três capítulos. O capítulo I, traz o fenômeno da violência, afunilando para a violência contra as mulheres, a violência contra as mulheres dentro do ambiente universitário, abordando autoras como a filósofa Marilena Chauí, Maria Stella Porto, Cecília Sadenberg, Lourdes Bandeira e Tânia Mara Almeida. Com esse referencial, a categoria de assédio sexual é abordada, finalizando no recorte da pesquisa, o assédio sexual na Universidade de Brasília. Passa-se por toda uma referência para a melhor compreensão da temática e da pesquisa.

No capítulo II, são abordadas as estratégias de enfrentamento adotadas contra o assédio sexual. Que vão desde campanhas nas redes sociais, movimentos feministas e estudantis, até o movimento da ONU Mulheres. Evidenciando estratégias de enfrentamento do assédio sexual nas universidades, bem como, descrevendo o cenário atual de enfrentamento dentro da Universidade de Brasília.

O capítulo III, como fechamento do trabalho, aborda a pesquisa sobre assédio sexual na Universidade de Brasília, norteadora desse trabalho. O questionário foi feito online e voltado apenas para o público feminino, aberto durante o período de 1 mês.. Nele são evidenciados perfil, relatos e a visão das alunas que já passaram por um assédio sexual cometido por um professor, que sofrem ou que pelo menos, conhecem alguém que sofre/sofreu. Todas as repostas foram demonstradas por gráficos ou tabelas, sendo coletadas 713 participações.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado a partir de uma pesquisa de abordagem quantitativa, com o intuito de mapear a quantidade de alunas que foram assediadas sexualmente por professores na Universidade de Brasília, a partir de dados estatísticos extraídos da coleta de dados via questionário. Para entender melhor o que é pesquisa quantitativa, Márcia Lima, professora doutora do departamento de Sociologia da Universidade de São Paula (USP), explica que:

A pesquisa quantitativa tem como principal característica a unicidade da forma de coleta e tratamento dos dados. Para isso, necessita coletar um conjunto de informações comparáveis e obtidas para um mesmo conjunto de unidades observáveis. Em geral, essas unidades são os indivíduos, mas podem ser também instituições, empresas, cidades, entre outras, sempre a depender do problema de pesquisa investigado. [...] Em geral, os estudos quantitativos permitem lidar com predição e buscar identificar regularidades (perfil e tendências) (LIMA, 2016, p. 16)

Para uma melhor elaboração metodológica da pesquisa, foi escolhido como instrumento de pesquisa a construção de um questionário estruturado *online* para a coleta de dados, na plataforma *Google Forms*. O questionário foi planejado com questões voltadas para o público alvo da pesquisa, as estudantes mulheres da Universidade de Brasília, não só do campus Darcy Ribeiro (asa norte), mas também do campus do Gama (FGA), Ceilândia (FCE) e Planaltina (FUP). Após sua elaboração, ocorreu um pré-teste com dez alunas, onde foram feitas algumas alterações até a versão definitiva, uma delas foi abrir o questionário para as estudantes dos outros campus da UnB, pela alta demanda de assédios ocorridos, principalmente nos campus majoritariamente masculinos.

O instrumento de pesquisa contém 15 questões, uma extensão de resposta e um espaço para comentários, possuindo alternativas de respostas de múltipla escolha e caixa de seleção (para mais de uma resposta). Foi dividido em duas partes, a primeira para traçar o perfil da amostra escolhida com sete perguntas e a segunda, com o objetivo de

levantar os casos de assédio sexual, atitudes do assediador e das estudantes, situações mais recorrentes e lugares de apoio dentro da instituição.

A parte I do questionário levantou dados como a idade, orientação sexual, cor/raça, nível de ensino, curso, turno do curso e semestre. A idade foi recortada entre 17 -21 anos, 22 – 25 anos e acima de 25 anos, faixas etárias que abrangem o período de entrada e continuidade de estudantes na universidade. A orientação sexual da estudante, seja lésbica, hétero, bissexual ou outras, a cor/raça preta, branca, indígena, parda ou amarela. Esses três indicadores foram colocados para guiar a pesquisa em relação ao perfil pessoal e os outros quatro indicadores, tem o objetivo de traçar o perfil educacional também, se a estudante faz parte da graduação ou pós/mestrado/doutorado, o curso, nesse indicador foram colocados como opções 70 cursos, desses 57 são do campus Darcy Ribeiro, 5 cursos da FGA, 5 cursos da FCE e 3 cursos da FUP. O turno do curso, matutino ou noturno e o semestre, do 1º até acima do décimo. Todos os indicadores foram utilizados com o objetivo de traçar o perfil da estudante que mais sofre assédio sexual, os cursos de mais incidência e o período, o que inclui a idade e o semestre em que a estudante se encontra.

O questionário foi disponibilizado em redes sociais como Facebook, Whatsapp e e-mail. Foi postado em vários grupos de alunos da universidade, como em grupos de coletivos e páginas. O alcance foi grande, com o total de 713 respostas, durante 50 dias, entre os meses de setembro e outubro de 2017.

CAPÍTULO I - Referencial Teórico

O fenômeno da Violência e a Violência Contra as Mulheres

O fenômeno da violência, altamente naturalizado, está cada vez mais presente no cotidiano das esferas e relações sociais, sendo categorizada como um problema social que atinge todas as classes, culturas, religiões e também as instituições. A violência é um fenômeno plural, complexo e multifacetado, portanto:

Violência em suas múltiplas formas de manifestação se mantém como problema social persistente e recorrente - seja em termos das práticas, seja no que diz respeito às representações sociais - configurando cenários de insegurança e medo que, apesar de diferenças significativas em suas formas de concretização, atravessam o conjunto da sociedade brasileira. (PORTO, 2015, p.1)

A filósofa Marilena Chauí (1998) explica como a violência é compreendida na cultura ocidental “como o uso da força física, e do constrangimento psíquico para obrigar alguém a agir de modo contrário à sua natureza e ao seu ser. A violência é violação da integridade física e psíquica, da dignidade humana de alguém” (CHAUÍ, *apud* SILVA, 2005, p. 21).

Maria Stella Porto (2015) traz a violência simbólica como uma grande constituinte do fenômeno. É recorrente entender a violência como forma de agressão física, porém, existem múltiplas formas. Para Cecília Sardenberg, membro do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - NEIM/UFBA, a violência simbólica apresenta-se através da linguagem, arte, religião e outros sistemas de simbólicos, que reforçam relações assimétricas e hegemônicas, desqualificações, preconceitos e violências de todo tipo (COSTA, 2015, p. 1). Para Sardenberg, a violência simbólica se “infiltra por toda a nossa cultura, legitimando os outros tipos de violência” (SARDENBERG, 2011 *apud* COSTA, 2015, p. 1).

A sociedade atual, ainda que moderna e tecnológica, possui mecanismos de controle social das mulheres em todos os aspectos cotidianos. Bourdieu (1999) aborda que há décadas sabe-se que a dominação masculina impõe às mulheres situações de

subordinação em uma perspectiva simbólica. Afirma que a categorização feminina pelos homens é um tipo de violência simbólica que implica no poder da sociedade patriarcal perante as relações sociais.

Quando é apontado o patriarcado e toda a dominação machista dos homens sobre as mulheres, Pierre Bourdieu, em sua obra *Dominação Masculina*, mesmo não usando o termo gênero e tentando constituir um conceito para tal, coloca a inferiorização da mulher perante o homem, além da visão biológica e dicotômica fêmea/macho. Todas essas questões, segundo o autor, culminam na violência simbólica. A dominação masculina está tão enraizada cultural, social e politicamente que naturaliza a violência simbólica, principalmente contra mulheres. Nesse contexto, está imbricada a questão da heteronormatividade e a homossexualidade, além do corpo e a visão biológica serem fontes de desigualdade entre os sexos perante a dominação masculina. Dessa forma:

retomando a tese de Bourdieu, afirma que a construção da identidade feminina teria se pautado na interiorização pelas mulheres das normas enunciadas pelos discursos masculinos; o que corresponderia a uma violência simbólica que supõe a adesão dos dominados às categorias que embasam sua dominação. Assim, definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação – que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída – é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irredutível, universal (CHARTIER, 1995, p. 40-44 apud SOIHET, 2008, p. 198 apud COSTA, 2015, p. 1).

É importante trazer o conceito da masculinidade hegemônica, que é a perseguição e imposição de ideais masculinos acerca de homens e mulheres: é uma violência simbólica, como coloca Bourdieu, que está imbricada socialmente. A ‘masculinidade hegemônica’ é vinculada a uma cultura de honra e de orgulho, que leva os homens a quererem manter o controle sobre o corpo feminino e sua sexualidade (BANDEIRA *apud* MACHADO 2016, p. 22).

Heleieth Saffioti em seu livro *Gênero, Patriarcado, Violência* (2015), coloca que o entendimento popular de violência apoia-se no conceito da violência como

ruptura de qualquer forma de integridade da vítima, seja integridade física, psíquica, sexual ou moral.

Entrando na temática de gênero é importante entender sua conceituação. Assim, para entender melhor essa categoria, Joan Scott em “Gênero: Uma categoria útil de análise histórica”, afirma que:

O termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres. “Gênero” é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, gênero tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (SCOTT, 1995, p. 75).

Para Scott, o conceito de gênero está ligado às relações de poder, constitutivo das relações sociais na lógica das diferenças percebidas entre os sexos. Scott defende que o formato nos quais se estruturam os significados culturais para as diferenciações sexuais é posicionado dentro de relações hierárquicas. Além disso, a categoria gênero é fluida e mutável e a partir dessa diferenciação, a feminilidade, a masculinidade e a neutralidade são construídas em papéis sociais que variam de acordo com o tempo histórico e a sociedade. É interessante perceber que a autora expõe a necessidade de não universalizar a história das mulheres e sim compreender a contextualidade e o sistema em si, trazendo a discussão das tentativas de teorização do gênero na história, o esforço feminista para articular o gênero no patriarcado, na tradição marxista e no pós-estruturalismo e psicanálise.

A violência de gênero não se resume apenas à violência contra as mulheres cisgênero², abarcando também homens e a população transgênero. Para Sardenberg (2011), a violência de gênero se refere a:

² Cis é prefixo latino, abreviação para cisgênero, significa 'do mesmo lado'. A pessoa cis é aquela que reivindica ter o mesmo gênero que o que lhe registraram quando ela nasceu. Disponível em <<http://www.naomekahlo.com/single-post/2015/04/18/Cis-Trans-Travesti-o-que-significa>> Acesso em novembro de 2017.

[...] toda e qualquer forma de agressão ou constrangimento físico, moral, psicológico, emocional, institucional, cultural ou patrimonial, que tenha por base a organização social dos sexos e que seja perpetrada contra determinados indivíduos, explícita ou implicitamente, devido à sua condição de sexo ou orientação sexual (SARDENBERG, 2011, p. 1).

Porém, Sadenberg (2011) elucida que por causa da ordem de gênero patriarcal, ‘machista’, dominante em nossa sociedade, são, porém, as mulheres e, em menor número, que se vêem mais comumente na situação de objetos/vítimas desse tipo de violência.

A pesquisadora Bárbara da Cunha explica que o conceito de “violência contra as mulheres” não significa uma simples oposição à “violência contra o homem”. Ao se falar em “violência contra as mulheres” pretende-se, na realidade, remeter às relações patriarcais de gênero e a desproporcionalidade que elas estabelecem na relação de convívio, identidade e sexualidade.

Com essa perspectiva geral sobre o fenômeno da violência, o entendimento e o combate à violência contra as mulheres é extremamente necessário dentro de uma sociedade construída social e culturalmente como machista. A socióloga Lourdes Bandeira (2016) reflete sobre o quanto é delicado e complexo a violência contra as mulheres, pois é uma questão que “requer um envolvimento emocional, afetivo e um compromisso intelectual particular e político de quem escreve, pois a violência é em si uma ‘força perturbadora’, um “poder inquietante”.(p.16) A autora coloca a importância de entender essa violência como um fato social constituído, sendo importante entendê-lo e evidenciar as situações e o quanto elas são prejudiciais e devastadoras para as mulheres, pois:

A violência é uma força social que estrutura as relações interpessoais, ações coletivas e relações sociais de modo geral, sobretudo no contexto da análise das situações da violência contra a mulher e de gênero. [...] Some-se a isso, o fato de que é necessário reconhecer que a violência contra a mulher é uma força social herdada da ordem patriarcal e dotada de capacidade estruturante da realidade social. Essa se torna uma modalidade expressiva em nossa sociedade, posta que está carregada de significados e significações, e cujas relações sociais são permeadas por relações de dominação e de poder, nas quais a

carga simbólica é tão determinante quanto as demais. A cada minuto, alguma mulher sofre um tipo de violência: um assédio no local de trabalho, um estupro, um assassinato, uma mutilação. Outras podem estar sendo brutalizadas, barbarizadas, ou vivendo sob a ameaça. (BANDEIRA, 2016,p.22)

Bandeira também traz dados de 2015 da ONU Mulheres, que ilustram como grande parte das mulheres ainda encontravam-se subordinadas à tortura de um sistema normalizado masculino, patriarcal, hegemônico e heteronormativo, que as mantém debaixo de restritos controles, incertezas e ameaças constantes. Nessa linha, é importante compreender que a violência de gênero é um fator social estruturador das relações sociais e interpessoais que constituem a convivência entre as pessoas.

Marilena Chauí compreende que a violência é uma ação que transforma as diferenciações em desigualdade de hierarquia, com a intenção de dominação, opressão e exploração, condições estas que ocorrem juntamente com a passividade e o silêncio dos sujeitos. Na dinâmica violência, um ser humano não é tratado como sujeito, mas como coisa, impedindo ou anulando sua atividade e fala (CHAUÍ, 1985, p.35). Além disso, Chauí defende que a violência não é simplesmente transgressão e regras legais e sociais, mas resultado de um jogo de forças que tem de um lado a dominação dos homens e do outro a objetificação das mulheres (CHAUÍ, 1985, p. 35).

Bandeira e Almeida (2015) citam o marco da Convenção de Belém do Pará, que constitui o direito das mulheres viverem livres de violência. Com isso, estabelece-se um novo paradigma na luta internacional de direitos humanos, considerando que o privado é público e, por consequência, torna-se responsabilidade dos Estados assumirem o dever indelegável de erradicar e sancionar as situações de violência contra as mulheres. A Convenção de Belém do Pará ou Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, adotada pela Organização dos Estados Americanos em 1994, estabelece que a violência contra a mulher é “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (CNJ), compreendendo a violência contra as mulheres como uma violação aos direitos humanos. Reconhecido também como um problema de saúde pública grave, os

governos dos países-membros da ONU e as organizações da sociedade civil têm trabalhado para a eliminação desse tipo de violência³. Nesse contexto,

A violência contra as mulheres é uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres que conduziram à dominação e à discriminação contra as mulheres pelos homens e impedem o pleno avanço das mulheres...” (Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, dezembro de 1993).

Em 2006, no Brasil, é sancionada a Lei 11.340, Lei Maria da Penha, com a proposta de proteger e dar apoio para as mulheres vítimas de violência doméstica. A Lei Maria da Penha foi fruto da luta e denúncia de caráter internacional, foi alegado uma situação de total tolerância do Brasil com a violência doméstica cometida por seu ex-marido. A condenação do Brasil teve enorme repercussão midiática, em destaque foi a manchete na *Folha de São Paulo*: "OEA condena Brasil por violência doméstica. Comissão responsabiliza país por impunidade em caso de marido que deixou mulher paraplégica, há 18 anos" (BANDEIRA e ALMEIDA, 2015).

Bandeira (2106) afirma que a violência não ataca de forma aleatória, uma vez que é influenciada pela cultura, pela etnia, pela sexualidade e pelo gênero. O uso da violência contra as visa controlar e dominar as mulheres pois, historicamente, o exercício de poder é desigual entre homens e mulheres; nesse sentido, a expressividade da violência masculina não se manifesta frente ao que é visto como seu igual ou àquele que está nas mesmas condições de existência e de valor que o perpetrador estão postas quando se manifesta a condição de desigualdade de gênero, sobrepondo-se à condição masculina (BANDEIRA, 2016, p. 20).

Michel Foucault afirma em seu livro *História da Sexualidade* (1979) que as relações de poder são constituídas a partir de discursos e que, nesse contexto, são criadas normas e um poder social em volta da sexualidade através de imposições de grupos socialmente dominantes como por meio da religião, da educação etc. Esses discursos acabam por silenciar certas temáticas que precisam ser trabalhadas socialmente através de campanhas de conscientização, debates que desconstruam os preconceitos e violações de direitos enraizados nos discursos de ódio.

³ Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, 1994.

Vivemos em uma sociedade em que a sexualidade masculina é naturalizada, enquanto a feminina é privatizada. Enquanto jovens meninos podem explorar sua sexualidade, jovens meninas não devem explorar seus próprios corpos. Esse simples e recorrente exemplo nos leva à ideia de que a sexualidade dos homens é normal, permitindo suas condutas sexuais inclusive em momentos em que as mesmas ultrapassam os limites de uma conduta própria e invadem o espaço de outrem.

As atitudes machistas tornam-se naturalizadas social e culturalmente, uma vez que, como o espaço público é majoritariamente dos homens, as mulheres devem agir de acordo com as “normas” de uma sociedade machista e patriarcal. Isso pode ser percebido inclusive quando mulheres que sofrem violências, por exemplo, estupros, culpabilização da vítima em ataques sobre suas roupas, sobre seu estado de sobriedade, sobre estarem ou não sozinhas, etc.

Nessa mesma linha, Bandeira cita em seu texto a professora de estudos sobre as mulheres da Universidade de Duke nos Estados Unidos, Grosz, que explica: “o pensamento misógino frequentemente encontrou uma autojustificativa conveniente para a posição social secundária das mulheres ao contê-las no interior de corpos que são representados, até construídos, como frágeis, imperfeitos, desregrados, não confiáveis, sujeitos a várias intrusões que estão fora do controle consciente” (GROSZ, 2000, p. 67).

Na obra *O poder do macho*, Safiotti afirma que, para uma sociedade minimamente mais justa, é primordial combater a tríade patriarcado-racismo-capitalismo, pois o patriarcado vai além do sistema de dominação machista, é um sistema exploratório. O típico estereótipo de macho, o branco, rico e heterossexual, é o comando central na ideologia de dominação machista, em que “educa-se” e socializa-se a mulher para se submeter ao “poder do macho”, o que alimenta a violência contra as mulheres e alimenta nos homens a ideia de que têm direito de propriedade sobre as mulheres. Em conclusão, Leah Fritz (1979) aborda o sofrimento das mulheres em relação ao machismo e o poder do homem de maneira que “o sofrimento das mulheres sob a tirania sexista é um vínculo comum entre todas as mulheres que transcende as particularidades que as diferentes formas de tirania adotam” (1979, p. 51).

Tipos de Violências Contra as Mulheres

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) reconhece que a violência contra as mulheres “é qualquer conduta – ação ou omissão – de discriminação, agressão ou coerção, ocasionada pelo simples fato de a vítima ser mulher e que cause dano, morte, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social, político ou econômico ou perda patrimonial. Essa violência pode acontecer tanto em espaços públicos como privados.” Já a violência de gênero é “sofrida pelo fato de se ser mulher, sem distinção de raça, classe social, religião, idade ou qualquer outra condição, produto de um sistema social que subordina o sexo feminino.”

Para a compreensão dos tipos de violências contra as mulheres reconhecidos, a Lei Maria da Penha⁴, em seu artigo 7, traz os seguintes:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição,

⁴ Disponível em <<https://jus.com.br/artigos/49523/tipos-de-violencia-contra-a-mulher> > Acesso em outubro de 2017.

mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

É necessário incluir a violência simbólica que é invisível mas atinge as mulheres diariamente. A prevenção da violência contra as mulheres e além disso, capacitação para as redes multidisciplinares de apoio que atendem mulheres em situação de violência, com a compreensão sobre todas as agressões que ocorrem contra as mulheres, afim, de conscientizar e combater o cenário brutal da violência contra as mulheres.

Violência contra mulheres no ambiente universitário

As mulheres passam por muitas violências, como a sexual, física, doméstica, mas existe uma violência que é pouco enxergada e extremamente dolorosa, não por ter menos ocorrências ou poucas mulheres que sofrem, mas por ser extremamente velada: a violência no ambiente universitário.

Fazendo um breve apanhado histórico sobre a instituição universidade e a entrada das mulheres na vida acadêmica, a socióloga Tânia Mara de Almeida faz uma reflexão em seu texto “Violência contra mulheres nos espaços universitários” (2017), no qual defende que a Modernidade, representada com os princípios da teoria social clássica e de uma sociedade cidadã, onde todas e todos deveriam ter os mesmos direitos e oportunidades nas esferas política, educacional, laboral do mercado capitalista, além de princípios-base como a igualdade e respeito às diferenças, independente de raça/etnia, classe social, gênero e região, no âmbito do espaço público e da nação. Porém, em relação a mulheres existe uma hierarquia de gênero que se perpetua em todas as esferas e espaços.

Nesse contexto, as mulheres se inserem na academia, passando a efetivar o direito de estudar. Sobre a inserção de mulheres nas instituições de ensino superior, a professora Nailda Marinho da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, coordena o estudo sobre a “Inserção e Permanência Feminina nos Cursos Superiores do Rio de Janeiro ao Longo dos Séculos XIX e XX”:

Embora o ensino superior estivesse presente no Brasil desde 1808, com a vinda da família real, somente com a Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e o Superior em todo o Império – instituída pelo Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, e que ficou conhecida como Reforma Leôncio de Carvalho – a mulher passou a ter esse direito citado”, contextualizou. E foi além: “A primeira mulher brasileira a possuir um diploma de ensino superior foi Maria Augusta Generoso Estrela, que se graduou em Medicina no ano de 1882, porém nos Estados Unidos, não no Brasil. Desta forma, em 1887, Rita Lobato Velho Lopes (1867-1954) se torna a primeira mulher a se graduar no País na Faculdade de Medicina da Bahia, embora tenha iniciado seus estudos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e depois, por motivos familiares, se transferido para a faculdade em que se formou. (FAPERJ 2014, p.1)

As mulheres já são maioria nas universidades brasileiras, o que não minimiza o machismo diário dentro e fora do ambiente universitário. O medo domina os lugares onde deveriam se sentir seguras e na universidade esse cenário não é diferente. É uma luta diária para estudantes, professoras, diretoras e funcionárias das várias instituições de ensino. Nos últimos anos, as notícias sobre casos de assédio moral e sexual, estupro, agressão e entre outras violências dentro dos campi universitários, estão se multiplicando, não por serem novidade mas devido ao aumento de denúncias.

A universidade tem o papel de proporcionar reflexão crítica e livre de preconceitos e, nesse contexto, a socióloga Tânia Mara Almeida coloca que:

O espaço universitário, por se constituir duplamente como crítico e pedagógico, deve incentivar a desconstrução do senso comum de mitos e preconceitos em relação à violência contra as mulheres, promovendo, através de ações contínuas e monitoradas, mudança

cultural e organizacional a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito e valorização às diversidades nas suas inúmeras instâncias institucionais e inúmeras interações sociais - inter e intra docentes, servidores/as, terceirizados/as e estudantes. (ALMEIDA 2017, p. 397)

As fontes bibliográficas sobre a temática do assédio sexual no ensino superior são escassas, porém os relatos abundam. Segundo a autora mesmo com grande parte do corpo docente sendo composto por mulheres, a inserção das mulheres no ambiente acadêmico não deu voz às mulheres, sendo ainda predominada pelo patriarcado. Almeida acrescenta que muitas mulheres pensam que, ao entrar nas instituições, deixarão de viver em um ambiente machista e misógino, mas o que ocorre, na verdade, é a entrada em um novo ciclo de violência, que se revela através de outros artifícios⁵. Além disso, existe uma grande contradição: por um lado, as universidades são vistas como ambientes modernos e de vanguarda, porém perpetuam a lógica da violência, do assédio e do abuso sexual.

A experiência no ambiente universitário muitas vezes é traumática para as mulheres, acarretando várias consequências para a vida estudantil, como o abandono do curso, desistência do projeto acadêmico, além do prejuízo mental, emocional e físico que as violências desencadeiam em suas vítimas, como, por exemplo, crises de ansiedade, traumas, depressão, insônia, sofrimento mental, abuso de álcool e outras drogas e até mesmo o suicídio; além da parte ginecológica, principalmente nos casos de violência sexual, como abortos, gravidezes indesejadas e repetidas em curto espaço de tempo, doenças sexualmente transmissíveis, hemorragias, lesões e infecções (PORTO 2017, p. 401).

Em 2015, com o grande aumento de denúncias de casos de violência contra as mulheres no espaço universitário, foi realizada pelo Instituto Avon em conjunto com o Data Popular, pesquisa inédita sobre a violência contra as mulheres no ambiente universitário. A pesquisa foi realizada com estudantes de universidades brasileiras, mulheres e homens, matriculadas/os em cursos de graduação e pós-graduação, com o recorte temporal nos meses de setembro e outubro de 2015, em cinco regiões diferentes. A coleta de dados foi realizada via online, utilizando questionário e relatos, com a

⁵ Disponível em <http://aspuv.org.br/violencia-contra-a-mulher-dentro-das-universidades-e-destaque-em-palestra-na-aspuv/>. Acesso em outubro de 2017.

participação de 1.823 alunas/os, sendo 40% homens e 60% mulheres. A amostra teve uma faixa etária entre 16 a 25 anos, idades relativas ao início de ingresso no ensino superior e término.

Através da coleta de dados, foi constatado que 42% das mulheres entrevistadas já sentiram medo de sofrer alguma violência na universidade e 36% já deixaram de fazer alguma atividade por medo. Essa realidade interfere na formação das mulheres, como demonstra a pesquisa: as estudantes entrevistadas já deixaram de participar de projetos de pesquisa e extensão, atividades extracurriculares por medo de sofrerem alguma violência.

A pesquisa elencou ainda uma lista de violências contra as mulheres que ocorrem dentro do espaço universitário: nesse quesito, apenas 10% das estudantes relataram de forma espontânea já ter sofrido violência, após a visualização da lista, esse percentual aumenta para 67%. A discrepância entre os números é assustadora, pois a grande maioria das estudantes não possui o esclarecimento do que é a violência de gênero: mesmo sofrendo-a diariamente, muitas vezes não compreendem determinadas situações como violência. Nessa linha, Almeida explica que “essas ações não são vistas como violentas e não deveriam ganhar a exposição que tem sido feita pelas alunas e os coletivos feministas. Afinal, tratar-se-ia apenas de consequências naturais de comportamentos das mulheres ou brincadeiras inofensivas, geralmente entre colegas de curso, sem a intenção de lhes causar danos, humilhações, constrangimentos ou intimidações” (ALMEIDA 2017, p. 388).

Abaixo a lista disponibilizada pela pesquisa do Instituto Avon (INSTITUTO AVON/DATA POPULAR, 2015, p. 3):

- 1) o assédio sexual caracterizado por comentários com apelos sexuais indesejados; cantada ofensiva e abordagem agressiva;
- 2) a coerção expressa nas situações de ingestão forçada de bebida alcoólica e / ou outras drogas; ser drogada sem conhecimento; ser forçada a participar em atividades degradantes (como leilões e desfiles);
- 3) a violência sexual com o estupro, as tentativas de abuso enquanto sob efeito de álcool, os toques sem consentimento e o beijo forçado de veterano;
- 4) a violência física, agressão física;
- 5) a desqualificação intelectual manifesta na desqualificação ou piadas ofensivas, ambos por ser mulher;

6) a agressão moral/psicológica reveladas na humilhação por professores e alunos, ofensa, xingamentos por rejeitar uma investida, músicas ofensivas cantadas por torcidas acadêmicas, imagens repassadas sem autorização ou rankings (beleza, sexuais e outros) sem autorização.

Entre as violências listadas, 56% das mulheres relataram ter sofrido assédio sexual; 52% passaram por agressão moral ou psicológica; 49% experienciaram desqualificação intelectual; 42% sentiram medo de sofrer violência; 28% sofreram violência sexual (estupro, tentativa de abuso enquanto estiveram sob efeito de álcool em festas, foram tocadas em seus corpos sem consentimento e foram forçadas a beijar por algum aluno); 18% sofreram coerção; e 10% relataram ter vivido violência física.

Almeida (2017), aborda que A violência contra as mulheres ocorre também em festas universitárias e trotes de iniciação de curso. Os trotes, que deveriam ser rituais de passagem de calouras/os, em alguns cursos é um ritual de terror para as meninas, onde passam por humilhações, constrangimento e violações, ou seja, os trotes acabam sendo a mera imposição de estruturas hierárquicas antigas e tradicionais entre os gêneros e as raças. Como exemplo, os trotes realizados pelos cursos de agronomia e veterinária (majoritariamente compostos por homens), que consistem em “brincadeiras” de cunho opressor, misógino e machista, reforçando ideais de poder e obediência:

Quais, portanto, os valores e interesses que estão presente nas “brincadeiras” de se fazer as calouras, em plano abaixo ao dos líderes, lamberem uma linguça lambuzada de leite condensado, numa representação vulgar de sexo oral? Serem leiloadas por seus atributos físicos, tendo como parâmetro estético aquelas tidas como “gostasas” para o sexo? Terem que declamar o juramento de que não diminuirão o “p.” dos veteranos, não ficarão barrigudas e carecas, assim como terem que ouvir dos calouros que estes as fornecirão para os veteranos, como se fossem propriedade daqueles e moeda de troca para garantir o bem-estar deles nesse meio? (BANDEIRA & ALMEIDA *apud* ALMEIDA 2017, p. 389).

Assim, a discriminação e desigualdade de gênero nas universidades brasileiras se recolocam, fazendo parte da estrutura machista que agride e exclui as mulheres do ambiente e convívio acadêmico, impactando em sua vida profissional e universitária. Desde 2015, as denúncias de assédio e estupro na universidade começaram a aparecer mais nas mídias e, com isso, várias estudantes vem se aliando para lutar contra a violência.

Nesse contexto, com o movimento feminista sendo cada vez mais ampliado, as pessoas começam a se conscientizar cada vez mais sobre atitudes machistas e violentas, e ganham mais força para combatê-las. É de suma importância as universidades possuírem espaços para a criação de coletivos e o apoio ao movimento estudantil. Os coletivos feministas estão crescendo e ganhando força com o intuito de chamar a atenção para os casos que muitas vezes são invisibilizados, inclusive pela própria instituição, além de exigir providências dos/as gestores/as universitários/as e das autoridades policiais e jurídicas, acolher e criar mecanismos de resistência e proteção às vítimas e calouras (ALMEIDA 2017, p. 368).

A professora doutora em psicologia da Universidade Federal do Acre Madge Porto reforça a necessidade do debate sobre a objetificação das mulheres, os diversos tipos de violência que as mulheres sofrem e a naturalização dos valores sociais, morais e os estereótipos (PORTO 2017, p. 402). As mulheres são agredidas pelo sistema machista e patriarcal acadêmico, que faz com que comecem a duvidar do que seu poder de fala, defesa, compreensão e competência, o que acarreta uma série de prejuízos tanto para a carreira profissional e acadêmica como para a saúde. Porto defende que a universidade como espaço público, laico e gratuito, precisa ter uma integração com as ações da sociedade civil e do Estado, trazendo o potencial de reflexão crítica em suas atividades pedagógicas de ensino, pesquisa e extensão para discutir a questão da violência que é tão presente no espaço universitário (PORTO 2017, p. 402).

A violência contra as mulheres ainda é extremamente silenciada por um sistema educacional e gestor corporativista e machista, onde as alunas muitas vezes não são enxergadas. Além disso, as políticas de punição administrativa para os casos de violência são praticamente nulas nas universidades brasileiras, como coloca Almeida:

Confirma-se a falta de compromisso institucional e público, por parte das gestões administrativas com a comunidade universitária, de implantar um conjunto de políticas afirmativas

efetivas e articuladas de gênero, raça, classe, dentre outros marcadores sociais - apesar de inúmeras e insistentes demandas estudantis, bem como das cotas raciais e sociais de ingresso a instituições federais de ensino superior. (ALMEIDA 2017, p. 391)

É necessário lembrar que em março de 2016,houve um caso de femínicídio dentro das dependências da Universidade de Brasília e a resposta institucional foi extremamente precária frente a gravidade do caso. A estudante de biologia, Louise Ribeiro⁶, foi assassinada por Vinicius Neres, também aluno da UnB e de Biologia, que não aceitava que a estudante não queria mais se relacionar com ele. Assim como o caso da estudante de Letras, Taís Mendonça⁷ em 1987, que foi morta pelo seu ex namorado Marcelo Bauer, estudando de Ciências Sociais na época.

Para o enfrentamento dessa violência, é necessária a criação de espaços de discussão e reflexão sobre a violência contra as mulheres pelo único fato de serem mulheres, e como esta se apresenta nas universidades desde sua expressão explícita, como estupro, assédio sexual e moral, até violências veladas, como as ações de não reconhecimento de competências embasadas em pressupostos patriarcais e machistas da inferioridade das mulheres (PORTO 2016, p. 403). Através do debate promovido por grupos de estudos e pesquisa de gênero e violência, coletivos feministas, campanhas de conscientização e mesas redondas, é preciso problematizar e desnaturalizar essa cultura machista e violenta que perpassa as universidades. É urgente a criação de mecanismos de denúncia e punição aos agressores, além de políticas que coíbam esse fenômeno e protejam as mulheres, sem que exista o medo de represálias, de perder oportunidades acadêmicas e até profissionais, ou seja, sem o medo de desfrutar do ambiente universitário. Concluindo, Porto traz uma importante reflexão sobre o tema:

A violência no ambiente universitário ainda não é reconhecida como violência, em especial pela ideia de senso comum que é um lugar de pessoas intelectuais, um grupo de pessoas mais

⁶ Disponível em : < <https://www.metropoles.com/distrito-federal/foi-muito-bom-disse-o-assassino-da-estudante-louise-ribeiro>> Acesso em 2017.

⁷Disponível em : < http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/03/11/interna_cidadesdf,521674/memoria-relembre-caso-da-aluna-thais-mendonca-morta-por-marcelo-baue.shtml> Acesso em dezembro de 2017;

privilegiadas intelectualmente e que violência contra as mulheres não existiria. Todavia, sua invisibilidade não impede que as consequências da violência se estabeleçam. O sofrimento psíquico, fruto do medo e do constrangimento, das mulheres que sofrem violência podem trazer sequelas, adoecimentos e a desistência de seguir estudando. (PORTO 2017, p. 407)

3) Assédio Sexual

Entre as tantas formas de violência contra as mulheres, o assédio sexual é uma das mais comuns e mais banalizadas. As mulheres sofrem assédio sexual na rua, nos transportes públicos, no trabalho, dentro de casa e nas instituições de ensino e estão suscetíveis a passar por algum assédio diariamente da forma mais velada até a mais evidente.

O assédio consiste em um comportamento de cunho abusivo com o objetivo de constranger ou perturbar uma pessoa. Além disso, pode afetar a dignidade física e psíquica do indivíduo por criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador. Para uma melhor compreensão, segundo a Organização Internacional do Trabalho, em seu documento sobre Mecanismos de Combate à Discriminação e Promoção de Igualdade de Oportunidades, para se entender o assédio sexual:

É preciso dizer dos significados dos termos da expressão assédio sexual, pois isso indicará o sentido mais adequado que se pretende dar à prática assim denominada. O primeiro termo, assédio, dentre outros significados, indica perseguição com propostas, insistência impertinente, pretensão constante em relação a alguém. O segundo termo, sexual, é uma qualidade atribuída ao assédio que vai fazer que este se constitua uma intenção sexual impertinente, importuna, que não é desejada pelo outro. Dessa maneira, assédio sexual é uma conduta insistente, persecutória, que, ao visar obter favores sexuais, resulta por violar a liberdade sexual, fundada na noção de livre disposição do corpo, amparada na esfera dos direitos de liberdade, que

se apresentam como bens jurídicos constitucionalmente assegurados.
(OIT, 2004, p. 47)

São diversos os tipos de assédio e dentre eles, o assédio moral e sexual são os mais conhecidos. Em geral, discute-se muito sobre o assédio sexual e moral no trabalho, porém na universidade trata-se de um assunto pouco debatido, que está começando a ter visibilidade e debate entre as mulheres que fazem parte do ambiente acadêmico. Muitas mulheres já passaram por situações de assédio sexual e só algum tempo depois tiveram a consciência do ato. Outras possuem dificuldade de compreender e problematizar como assédio determinadas situações. Assim, Cataria Ferreira, do jornal LADO M, explica que:

Quando a moça enxerga a situação como algo normal e corriqueiro, ela não vê razão para reagir. Entretanto, se ela enxergar o ato como violento, ela poderá ter dificuldade de “digerir” a informação, como se estivesse se protegendo de algo que ela ainda não compreende, como nos explica Arielle: “Se acontece alguma coisa com você que não se encaixa naquilo que você inicialmente pensou que era violência, quando o agressor não se encaixa na figura do ‘monstro’ que você achou que era o agressor comum. Tudo aquilo que você tinha organizado pra deixar sua vida mais simples em termos de estrutura mental precisa ser revista. Às vezes, até o próprio comportamento, mas isso acontece porque admitir a violência pode ser muito doloroso para todo tipo de abuso. (FERREIRA, 2017, Jornal Lado M)

Já segundo o artigo 216-A do Código Penal, incluído pela Lei nº 10.224, o assédio sexual consiste em constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. Pode levar à detenção e pena de 1 a 2 anos, podendo ser aumentada em até um terço se a vítima for menor de 18 anos⁸.

Porém, a Lei nº 10.224 se reduz apenas ao ambiente de trabalho, descartando a proteção das alunas que sofrem no ambiente universitário, em casos de assédio sexual

⁸ Disponível em < www.planalto.gov.br > Acesso em outubro de 2017

cometido por seus professores ou servidores, mesmo com o caráter hierárquico do assediador.

São várias condutas que tipificam o assédio sexual, a saber: não é necessário o contato físico para que seja caracterizado como tal. São exemplos de assédio sexual piadas sexistas, comentários com apelos sexuais, abordagens agressivas de cunho sexual e cantadas ofensivas. O assédio sexual ocorre quando um indivíduo usa da sua condição hierárquica superior para obter favorecimento sexual, ameaçando, insistindo, forçando ou chantageando a vítima.

Segundo Colette Gendron (1994), o assédio sexual, além de ser uma forma de violência, é uma manifestação de poder que homens se apropriam para exercer um controle sobre as mulheres, reduzindo-as somente a objetos de satisfação do prazer sexual. A sexualidade é utilizada aqui como um instrumento de dominação e controle.

O blog feminista brasileiro, Think Olga⁹, em uma de suas postagens nomeada de “O futuro do movimento anti-assédio no mundo”, coloca que hiperssexualização, a objetificação e a comoditização das mulheres, resumindo-as à sua imagem, leva à noção de que o valor da mulher está em sua aparência. Isso não apenas dá aos assediadores a certeza de que seus avanços sexuais indesejados são elogiosos, mas também leva muitas vítimas a os receberem e entenderem como uma validação desejosa. Além disso, esses comportamentos desumanizam as mulheres que, valorizadas apenas pelo valor sexual de seus corpos, são despidas de intelecto, inteligência e sentimentos, ocupando na sociedade um papel ornamental e secundário.

Nessa linha de pensamento, Beauvoir (1970) traz, em seu livro *O Segundo Sexo*, o papel da mulher como secundário perante aos homens pois “a humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo” já que “a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro.” (1970, p.10).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE realizou uma pesquisa sobre as formas de assédio sofridas em público pelas brasileiras. Os resultados mostram que o assobio é o mais comum (77%), seguido por olhares insistentes (74%), comentários de cunho sexual (57%) e xingamentos (39%). Metade das 503 mulheres entrevistadas disse que já foi seguida nas ruas, 44% tiveram seus corpos tocados, 37%

⁹Think Olga, “ O futuro do movimento anti-assédio”,2015 Disponível em < <http://thinkolga.com/chega-de-fiu-fiu/o-futuro-do-movimento-anti-assedio-no-mundo/>> Acesso em novembro de 2017

disseram que homens se exibiram para elas e 8% foram estupradas em espaços públicos, números que indicam o caráter sistêmico do assédio sexual no Brasil.

Percebe-se que a grande maioria das mulheres já foi assediada em lugares públicos, onde o certo seria que todos pudessem desfrutar do ambiente em segurança, sem medo e sem incômodos. A universidade é um desses espaços, conforme será explorado nos próximos capítulos. Esses tratarão sobre os casos de assédio sexual nas universidades do Brasil, focando na realidade da Universidade de Brasília como recorte na relação professor-aluna.

3.1) Assédio Sexual nas Universidades

Casos de Assédio Sexual nas Universidades do Mundo e do Brasil

O assédio sexual não é um tema novo no cenário universitário. É uma violência que ocorre muitas vezes de forma sutil, perpetrada por alunos e funcionários. É uma grande problemática, que afeta as estudantes tanto academicamente como psicologicamente. Quando esse assédio vem de um sujeito hierarquicamente mais forte, como professores, os casos são velados e abafados, fazendo com que estudantes tenham medo de denunciar e sintam-se desprotegidas. Mediante essas temáticas serão apresentados alguns casos para ilustrar e compreender tal realidade dentro das universidades, não só no Brasil, mas no mundo.

Nos Estados Unidos, na Universidade Califórnia-Berkeley, ocorreram inúmeros casos de assédio praticado por professores, funcionários e até mesmo o reitor, que renunciou de seu cargo por cometer assédio. Pelo menos 18 funcionários, além do reitor, violaram o código de conduta da universidade relacionado ao assédio sexual. Essa realidade não é apenas da UC Berkeley, ocorrem em todas as universidades norte-americanas. E nos últimos anos, vários casos de violência contra as mulheres, principalmente estupro e assédio sexual estão aparecendo e, em muitas dessas agressões, os agressores são parte da equipe da instituição.

A partir do alto índice de assédios sexuais, universidades norte-americanas e inglesas, formaram comitês para elaborar manuais sobre violência contra mulher, condutas, discriminação na universidade, principalmente em caso de servidores, para facilitar as denúncias. Com várias falhas, a UC Berkeley criou um fluxograma (anexo

1) de denúncia para orientar as estudantes sobre como fazer, a quem procurar na universidade.

Com esse contexto de violência contra mulher, os vários casos de agressão sexual dentro das universidades norte-americanas, duas estudantes, Annie Clark e Andrea Pino, que foram violentadas no campus da Universidade da Carolina do Norte, fizeram o documentário “The Hunting Ground” (2015), com vários relatos de vítimas, reitores, funcionários de segurança mostrando sobre o grande silenciamento das universidades perante a esses casos nos Estados Unidos.

Porém, essa situação não ocorre apenas nos Estados Unidos. No Brasil, as universidades públicas em sua grande maioria não possuem protocolos ou políticas de punição aos casos de assédio sexual. Além disso, é muito comum, principalmente pelo corporativismo das diretorias acadêmicas, existir abafamento dos casos e uma doutrina de silenciamento das vítimas envolvidas.

Em 2016, na Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, uma aluna de Odontologia¹⁰ denunciou seu professor por agressão e assédio sexual e moral. A estudante relatou que após ter chamado o agressor pelo nome, ele a retirou de sala de aula e a levou até outra sala, onde trancou a porta, a segurou pelos braços, forçando ela contra a parede e pôs o corpo encostado ao dela. A aluna conta que o professor disse que ela não poderia chamá-lo pelo nome pois teria que mostrar respeito porque ela era uma “reles acadis” (acadêmica) e não poderia estar junto aos “docs” (doutores), após esse episódio, o professor passou a fazer retaliações, dizendo que a aluna não iria se formar no final do ano porque não seria capaz de passar em suas matérias. Segundo a estudante, o mesmo professor, em seu 5º ano a chamou de tigresa e em certa ocasião, pediu para que uma aluna ficasse de sutiã e jaleco.

Também no ano de 2016, no Paraná, Universidade Estadual de Maringá - UEM¹¹, dois professores do Departamento de História foram acusados de assédio sexual por várias alunas. Em uma página do Facebook (não especificada nas reportagens), teria pelo menos dois relatos de alunas que foram assediadas. Em um deles, a estudante fala: "ele sempre me assediou e eu sempre tive nojo, mas como era caloura fiquei na minha. Hoje, eu cortei qualquer relação com ele, mas falava coisas horríveis para mim, coisas

¹⁰ Disponível em < <http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2016/06/aluna-denuncia-assedio-e-agressao-de-professor-da-odontologia-da-ufjf.html>> Acesso em novembro de 2017.

¹¹ Disponível em < <https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/dois-professores-da-uem-sao-investigados-por-assedio-sexual.ghtml>> Acesso em novembro de 2017.

que imaginava fazer comigo”. Segundo a UEM, foi feita uma comissão com duas professoras e um professor para apurar o caso que corre em processo administrativo.

Como forma de protesto, alunas fizeram um vídeo chamado “Professor Abusador: o assédio e a violência de gênero nas universidades”, com estudantes vítimas de assédio sexual, segurando um quadro negro com frases relacionadas a violência. Alguns casos foram relacionados a alunos mas majoritariamente aos professores, a maioria dos casos aconteceram dentro de sala de aula ou do campus, alguns por redes sociais ou eventos. O vídeo foi apresentado no evento internacional 13º Mundo de Mulheres & Fazendo Gênero na Universidade Federal de Santa Catarina- USFC, em agosto de 2017. Foi através do Núcleo de Extensão Maria da Penha - NUMAP, projeto que dá as alunas e mulheres assistência jurídica sobre casos de violência contra mulheres, que muitas alunas denunciaram os casos.

Um professor da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Federal do Goiás- UFG¹², foi acusado pelo Ministério Público, de assediar sexualmente e estuprar orientanda, usando sua condição de professor-orientador. A estudante foi assediada pessoalmente e virtualmente, via Whatsapp, onde recebia mensagens de cunho sexual. Na madrugada de 4 de dezembro de 2016, em um apartamento em Goiânia, onde alguns estudantes ficaram alojados depois de um congresso, o professor estuprou a aluna enquanto ela dormia. A estudante foi a Delegacia de Atendimento Especializada a Mulher e em nota, o MPF afirmou que, durante as investigações, ficou constatado que o professor fez uso do cargo público para o cometimento dos crimes sexuais.

No dia 8 de março, Dia Internacional das Mulheres, a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – Poli-USP, lançou um vídeo¹³ abordando o tema de abuso na universidade. No vídeo são relatados vários casos de assédio e violência sexual cometidos por professores e alunos, dentro de salas de aula, festas e diariamente no ambiente acadêmico.

Os casos mostram o quanto o assédio sexual está presente no cotidiano das alunas nas universidades. Nesse contexto, é importante a reflexão de que esses casos conseguiram chegar à mídia, mas, grande parte não chega nem a ser denunciado pelas vítimas. Em geral por medo de retaliação, ameaças ou de algo mais grave, prejudicando fortemente sua vida acadêmica e psicológica.

¹² Disponível em < <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/mpf-denuncia-professor-da-ufg-por-assediar-e-estuprar-aluna-102616/> > Acesso em novembro de 2017.

¹³ Disponível em < <https://g1.globo.com/educacao/noticia/poli-usp-denuncia-praticas-de-assedio-e-violencia-contramulher-em-video.ghtml> > Acesso em novembro de 2017.

2.1) Casos na Universidade de Brasília

Caso Faculdade de Comunicação – FAC/UnB

Na Universidade de Brasília o cenário não é diferente das outras universidades brasileiras. Existem dois casos que foram emblemáticos para discussão da temática de assédio sexual por parte de professores na UnB: o caso do professor Mauro Giuntini¹⁴ da Faculdade de Comunicação – FAC e o caso da aluna Ariadne, da Faculdade de Direito – FD. Ambos foram os únicos que repercutiram midiaticamente

Em 2015, o professor de cinema Mauro Giuntini, da FAC, foi acusado por alunas por assédio sexual. As estudantes organizaram um dossiê em conjunto com o Centro Acadêmico de Comunicação – CACOM, documentando os casos de contato físico indesejado, atividades degradantes e cenas de humilhação protagonizadas dentro de sala de aula, na frente de colegas¹⁵. O documento foi entregue na reitoria onde foi protocolado e avaliado.

Houve também, a campanha feminista nacional #meuamigosecretoⁱ, nas redes sociais, onde, foram feitos diversos relatos contra o professor, como:

- “#meuamigosecreto é professor de cinema e quando a aluna responde aos comentários misóginos, racistas, homofóbicos e bairristas que ele faz, no fim da aula quando todo mundo já saiu da sala, ele faz uso da autoridade dele como professor para ameaçá-la de reprovação”.
- “#meuamigosecreto é professor da UnB. [...] Quando eu quis justificar minha falta e levei pra ele meu atestado de um exame importantíssimo na ginecologista, ele ficou emburrado. Esperou eu sair e disse para outros alunos que estavam na sala: 'não sei pra quê mulher falta à aula para cuidar de vagina”.

¹⁴ Nome disponível em < <https://www.metropoles.com/distrito-federal/educacao-df/professor-da-unb-acusado-de-assedio-e-suspenso-por-60-dias>> Acesso em agosto de 2017.

¹⁵ Disponível em < <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/12/unb-apura-dossie-sobre-professor-suspeito-de-assedio-moral-e-sexual.html>> Acesso agosto de 2017.

Em uma atividade realizada pela matéria de Estética da Comunicação ¹⁶, onde os alunos pregaram críticas anônimas nas salas de professores da FAC, na sala do então professor de audiovisual, foi colada uma folha escrito: #meuamigosecreto estuda aqui.

Foi, apenas em 2017, que a reitoria tomou uma posição e afastou o professor por 60 dias. No ato de suspensão (anexo 2), alega-se que o docente falhou em: “manter conduta compatível com a moralidade administrativa”, e em, “tratar com urbanidade as pessoas”. Com o seu regresso, no dia 7 de novembro, o CACOM fez uma postagem em sua página do facebook, falando sobre um abaixo assinado¹⁷ de alunas (os) que não se sentiam confortável em ter aulas com o professor. A lista foi feita virtualmente mas com a relutância do professor, em aceitar o documento online, foi feita uma versão manuscrita deixado no centro de convivência da faculdade.

Caso Ariadne – Faculdade de Direito – FD/UnB

Em relação ao caso Ariadne Wojcik, ex-aluna da Faculdade de Direito, a situação foi mais drástica. O Procurador do Distrito Federal e ex-professor voluntário da Universidade de Brasília, Rafael Santos de Barros e Silva foi acusado pela ex-aluna e estagiária, Ariadne Wojcik, de assédio sexual, em uma “carta” (anexo 3) no facebook antes de cometer suicídio.

Em seus relatos, a advogada contou que por durante 1 ano, teve aulas de matérias optativas de Direito Tributário com Rafael. Quando ele abriu uma vaga para estágio em seu novo escritório, e a ex-aluna, que na época estava no final do curso, conseguiu a vaga. Após se formar, passou em um concurso no Mato Grosso e foi morar lá, mas as mensagens continuaram. Em seu depoimento, Ariadne alega que o professor a perseguia: "ele sabia a hora que eu pisava em casa, sabia as expressões que eu só usava com meus melhores amigos nas conversas de WhatsApp, sabia onde eu morava, sabia que eu tinha adotado um cachorro, sabia tudo o que ele descobriu sem que eu dissesse".

A advogada relatou que tudo começou através de elogios diversos, fora de hora e alguns presentes enquanto estagiava. Depois onde a moça ia, o suspeito assediador sabia. Mesmo com a mudança da jovem, o acusado começou a ficar cada vez mais insistente, a perseguindo de todas as formas. Isso gerou uma medo extremo na vítima. A

¹⁶ Disponível em < <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/12/alunos-pregam-criticas-anonimas-em-salas-de-professores-da-unb.html>> Acesso em novembro de 2017.

¹⁷Disponível em <https://www.facebook.com/cacomunb/photos/a.639648869417764.1073741828.180659501983372/1458708104178499/?type=3&theater>> Acesso novembro de 2017.

ex- aluna, exausta do assédio sexual sofrido, tira sua própria vida. Seu corpo foi encontrado na Chapada do Guimarães – MT, logo depois de deixar seu desabafo: para que impeçam Rafael de continuar a fazer essa violência com outras mulheres. O suspeito negou todas as acusações e alegou que Ariadne possuía problemas psicológicos.

Na pesquisa realizada para este trabalho, dois comentários foram referentes ao caso:

“Ariadne presente” e “Conhecia uma colega da UnB que se suicidou em razão de assédio de um professor. Isso é constante e a impunidade é grande.” O caso da advogada é bastante significativo não só para o debate da violência contra as mulheres, mas também sobre o suicídio.

A violência contra as mulheres precisa ser urgentemente combatida dentro do espaço acadêmico, para que, cada vez menos, ocorram casos e prejudiquem a saúde mental, a vida acadêmica e profissional dessas estudantes mulheres. Para além disso, com o intuito de entender melhor o assédio sexual, como ele ocorre dentro da Universidade de Brasília, o capítulo II, apresenta-lá a pesquisa “Professores Assediadores: o assédio sexual na Universidade de Brasília”, realizada com as alunas dos quatro campus da universidade.

CAPÍTULO II

Estratégias de Enfrentamento do Assédio Sexual na Universidade

A violência contra as mulheres nos meios acadêmicos é fruto, também, de uma sociedade machista, sexista e que durante muitas décadas se omitiu e se utilizou de um sistema de leis desiguais e silenciadoras, que colabora para o abafamento dos casos ocorridos. Mesmo com os avanços, como a Lei Maria da Penha, os movimentos estudantis, coletivos feministas, esse cenário ainda é muito presente no ambiente universitário. A universidade como campo de construção de pensamento crítico, reflexivo e social, quando colabora para o silenciamento das alunas que são vítimas de violência, torna-se cúmplice e dessa maneira, torna-se também, um espaço inseguro para a própria comunidade acadêmica, como foi discutido ao longo deste trabalho.

O assédio sexual nas universidades, a violência contra as alunas, tema abordado nessa pesquisa, é uma problemática que está cada vez mais sendo vivenciada e reconhecida pelas estudantes. Nesse contexto, ficou evidenciada a falta de apoio ou políticas de enfrentamento no regimento das universidades. Essa abordagem vem sendo questionada pelas estudantes, pelos movimentos estudantis e coletivos feministas que vêm buscando estratégias para fornecer apoio às vítimas.

Algumas dessas estratégias que foram essenciais no combate ao assédio e, trouxeram a temática para debate nas redes sociais e nas universidades: a hashtag #meuamigosecreto, a página “Meu Professor Abusador”, página “Fiu-fiu UnB”, FD sem Machismo e Chega de Fiu-fiu (blog Think Olga). Além de vídeos, campanhas, cursos e manuais de conduta em algumas instituições. A seguir, serão descritas:

- #MeuAmigoSecreto:

A campanha #MeuAmigoSecreto, lançada no dia 25 de novembro de 2015, diade luta mundial da contra a violência contra as mulheres, veio com o intuito de denunciar o comportamento de homens, a maioria próximos, que possuem atitudes machistas, sexistas, preconceituosas mas não se julgam perpetradores dessas violências. A iniciativa veio logo após a campanha do blog feminista Think Olga, #MeuPrimeiroAssédio, que reuniu relatos dos primeiros assédios vivenciados por meninas/mulheres, principalmente na infância. A hashtag #MeuAmigoSecreto, traz o nome irônico à brincadeira tradicional no período de fim de ano, Amigo Oculto/Secreto, a qual a pessoa dá dicas sobre quem é o amigo secreto que receberá dela um presente, mostrando o comportamento contrário¹⁸. A campanha viralizou, abarcando milhares de denúncias, inclusive, contra professores, como o caso da FAC, explicado no capítulo I.

- Página “Meu Professor Abusador”

A página foi criada por três universitárias de Porto Alegre, com o intuito de denunciar os casos de assédio e violência cometido por professores. A página em três

¹⁸Disponível em <https://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/11/25/entenda-como-surgiu-o-meuamigosecreto-com-denuncias-de-machismo-na-web.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em novembro de 2017.

dias recebeu 600 relatos de diferentes lugares do país, vários professores de universidades federais, além de professores do ensino fundamental e médio, do país inteiro. A partir dessa página, casos como o da UEM, relatado no capítulo I, foram investigados. As denúncias eram postadas de forma anônima, sem que houve o nome do professor envolvido, como precaução para não serem feitos processos contra as autoras da página, além disso, pedem para que sejam fornecidas somente informações que permitam que as instituições possam identificá-los e apurar as denúncias.

- Página “Fiu-fiu UnB”:

A página foi criada por estudantes da Universidade de Brasília, com o propósito além de denunciar os casos de assédio e violência na UnB, seja em festas, trotes, por professores, funcionários ou alunos, a página também postava materiais que ajudassem as mulheres a lidar com o assunto, como artigos, vídeos e etc, além disso eram fornecidos os telefones e endereços de redes de apoio. A página do facebook, em menos de um mês, obteve 5, 5 mil curtidas e 152 relatos¹⁹ no ano de 2014. Atualmente, a página possui 7 mil curtidas e 215 relatos, porém está fora de uso.

- Página “FD sem Machismo” e “Nenhuma a Menos”:

As páginas são da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, a criação teve o intuito de denunciar os casos de violência contra as mulheres dentro da FD. Principalmente depois do caso da estudante Ariadne, a necessidade de dar voz as estudantes ficou mais evidente, com isso surgiu o Coletivo Ariadne, que criou a página “Nenhuma a Menos”. A página FD sem machismo, tem como descrita a proposta: “página foi criada por mulheres da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília para denunciar casos de machismo protagonizados por alunos e professores da mesma. O objetivo é fazer com que não apenas alunas e alunos da FD UnB reflitam sobre, mas mostrar a todas e a todos o quanto nosso curso é machista, misógino, racista, lgbtfóbico.” (FD sem Machismo, 2016).

¹⁹ Disponível em < <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2014/03/estudantes-da-unb-criam-pagina-na-web-para-relatar-casos-de-assedio.html>> Acesso em novembro de 2017.

Além das hashtags e páginas nas redes sociais, a ONU Mulheres, através do movimento global ElesPorElas (HeForShe), escolheu a Universidade de São Paulo - USP, para ser uma das participantes do movimento, instalando a USP Mulheres na universidade, tratando de temas de violência contra a mulher no campus e tomar iniciativas de enfrentamento, assim como linhas de estudo e projetos. Esse projeto faz parte do programa lançado no Fórum Econômico Mundial, chamado “Impacto 10x10x10”, que reúne líderes mundiais dos setores público, privado e acadêmico. Nesse contexto, as universidades são selecionadas a partir de critérios baseados em sua reputação ética, excelência no serviço público, relevância e alcance global e a boa vontade em usar sua influência para comandar e inspirar mudanças no ensino superior²⁰.

Na Universidade de Brasília, após o feminicídio da aluna Louise Ribeiro, a UnB em conjunto com a ONU Mulheres, estabeleceram alguns projetos contínuos dentro do ambiente acadêmico para combater a violência contra a mulheres, entre eles estavam: implementação de mais matérias de gênero, cursos e palestras com alunos homens, professores e servidores sobre masculinidades e violência contra mulher, além de combate aos trotes machistas. Porém, raramente esses eventos ocorrem e quando acontecem, possuem pouca divulgação.

1) Universidade de Brasília e o Enfrentamento do Assédio Sexual

As denúncias realizadas por alunas contra servidores passam por um fluxo, dependendo do lugar onde são relatadas. Na pesquisa, os principais lugares de apoio/denúncia conhecidos são: a Diretoria de Diversidade - DIV, Centro de Convivência de Mulheres - CCM, Serviço de Orientação ao Universitário -SOU e a Ouvidoria.

Com foi abordado no capítulo II, a DIV é um órgão institucionalizado desde 2013, parte do Decanato de Assuntos Comunitários - DAC, é responsável pela diversidade dentro do ambiente universitário com os eixos de raça, gênero e etnia. Trata dos casos de lgbtphobia, violência de gênero, contra mulher ou homem, racismo e etc, possuindo uma equipe com um assistente social, psicólogo, técnica educacional e diretoras dos eixos. Tem o caráter de encaminhar e acompanhar, além de possuir uma

²⁰ Disponível em <<http://www.usp.br/imprensa/?p=50420>> Acesso em novembro de 2017.

rede externa de apoio como a Delegacia da Mulher - DEAM e a Casa da Mulher Brasileira.

O Centro de Convivência de Mulheres é a sede da Associação Coletiva de Mulheres/UnB, foi fundado, através de uma ocupação por estudantes que cansadas com os inúmeros casos de assédio, estupro e violências diversas contra a mulher, como forma de enfrentamento, acolhimento e apoio às vítimas. É um espaço para todas as mulheres da universidade, alunas ou servidoras. Nesse contexto, o CCM possui um diálogo autônomo e mais próximo à administração da universidade, mesmo não sendo um órgão institucionalizado, luta pela criação de políticas direcionada às mães; criação de políticas segurança e permanência das mulheres no ambiente universitário; além de promover cursos, encontros, formação de rede com a sociedade e a universidade, debates e seminários, realizar e incentivar a pesquisa sobre temas relacionados à mulher; incentivar ações e estratégias de defesa de direitos das mulheres coletiva e individualmente (<https://www.facebook.com/pg/centrodeconvivenciademulheresunb/>)

O SOU tem o atendimento psicoeducacional e de orientações sobre os processos e relações educacionais da instituição. Já a Ouvidoria é o órgão que recebe denúncias, reclamações, elogios, solicitações e informações. Não possui caráter de recurso apenas de registro, enviando as instâncias responsáveis dependendo de cada caso.

1.1) Fluxo de Denúncias

Em relação ao fluxo de denúncias, quando a denúncia chega ao SOU, é enviada para a DIV para se trabalhar em conjunto. Nos casos de assédio sexual por parte de professores, quando a denúncia é feita diretamente na DIV, o departamento em que o professor está alocado é notificado, a denúncia é enviada ao Decanato de Assuntos Comunitários para assim, ser enviada à Comissão de Processo Administrativo- CPAD, dependendo do caso, ao Comitê de Ética. Quando a denúncia é feita diretamente na Ouvidoria, é lançado no Serviço Eletrônico de Informação -SEI, encaminhada para o departamento de alocação para que a chefia e o professor acusado tenha ciência e acesso ao processo, após isso é enviado ao Decanato de Gestão e Pessoas - DGP, que fica responsável pelo resto do processo, ou seja, a Ouvidoria só possui o papel de mediação e orientação. Quando a denúncia é feita no CCM, a aluna é orientada juridicamente, encaminhada ao órgão institucionalizado, DIV, onde é feito um trabalho em conjunto de

acompanhamento, além disso, o CCM pode fazer denúncias para manter o anonimato das estudantes.

Dependendo do caso, é preciso recorrer a órgãos externos de defesa. Fica a critério da universidade a punição do assediador, porém é muito difícil que ocorra a responsabilização desses funcionários, uma vez que, a própria universidade não possui um protocolo que responsabilize professores ou outros servidores, o que dificulta ainda mais no combate da violência contra a mulher dentro da universidade, causando o abafamento e silenciamento da instituição perante as esses casos

CAPÍTULO III

Pesquisa sobre o Assédio Sexual na Universidade de Brasília e análise de dados

Neste capítulo será apresentada a pesquisa realizada sobre Assédio Sexual na Universidade de Brasília cometido por professores. Com o objetivo de coletar dados sobre os casos descritos e de traçar o perfil acerca das respostas de estudantes mulheres nos quatro campus da universidade: Darcy Ribeiro, FGA, FCE e FUP. A pesquisa foi realizada via questionário online, na plataforma Google Forms, dividida em duas partes: a parte I visava traçar o perfil das estudantes por meio de 7 perguntas e a parte II pretendia quantificar e qualificar os dados sobre os casos de assédio sexual por meio de 9 perguntas, sendo a última aberta para comentários. O questionário foi disponibilizado durante 50 dias, de setembro a outubro de 2017, e obteve o alcance de 713 respostas até seu fechamento no dia 20 de outubro de 2017.

Parte I – O Perfil

A parte I do questionário foi dividida em tópicos considerados necessários para compreender o perfil das estudantes, como: idade, orientação sexual, cor/raça, nível

acadêmico, curso, turno do curso e semestre. As respostas foram compiladas em gráficos para facilitar o entendimento e os resultados da pesquisa.

O primeiro tópico a ser analisado foi a idade:

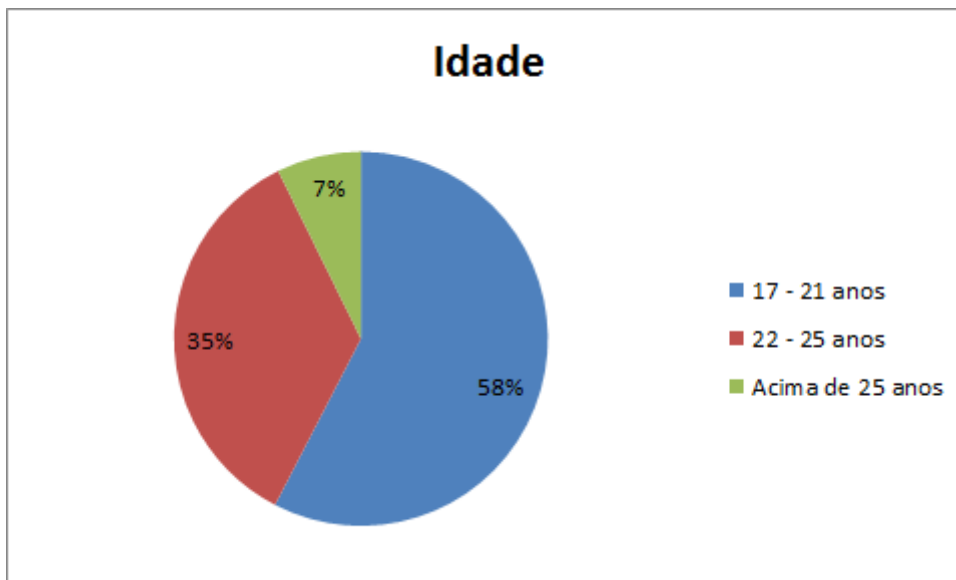


Gráfico 1- Idade

Observa-se que mais da metade das respostas (58%) foram de mulheres com idades entre 17 e 21 anos. A faixa etária, em geral, de ingresso na universidade é entre 17 a 23 anos. Algumas estudantes ao entrarem com 17 anos na universidade, aos 21 já estão no final do curso, por esse motivo é importante a observação do gráfico 6, relativo ao semestre.

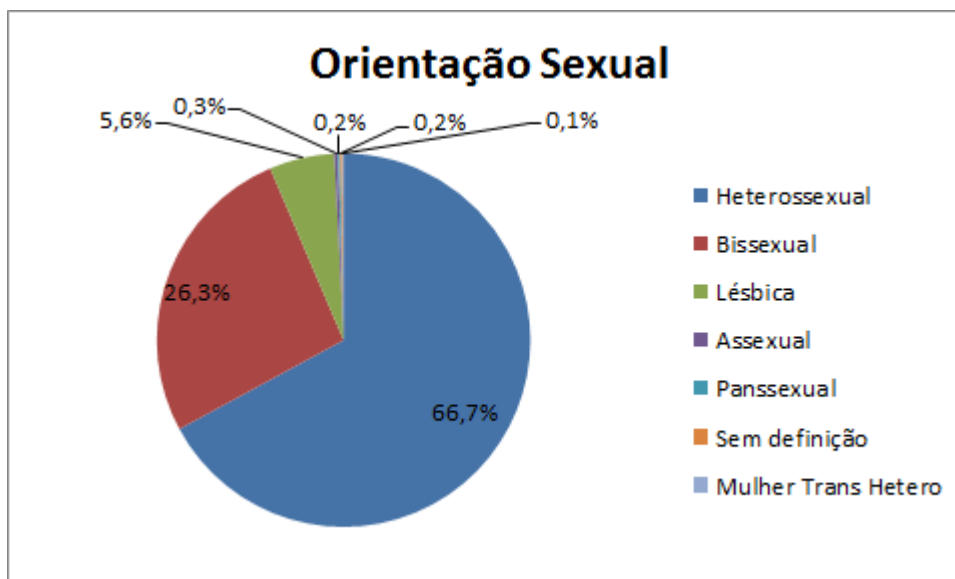


Gráfico 2 – Orientação Sexual

O gráfico 2 representa a orientação sexual das estudantes, onde observa-se que mais que a metade, 66,7% se identificam como heterossexuais, 26,3% bissexuais, 5,6% lésbicas²¹, 0,3% se identificam como assexuais²², 0,2% (2 pessoas) como pansexuais²³ e sem definição de orientação sexual, e 0.1% (1 pessoa) uma mulher transgênero que se identifica como heterossexual.

É válido ressaltar que algumas orientações como assexual e pansexual, mesmo que apareçam em escalas bem menores, existem e precisam ser debatidas também no âmbito da sexualidade, assim como as outras. Outra questão importante a ser ressaltada, é a resposta de pelo menos uma mulher transgênero à pesquisa, que são mulheres que também com outras demandas além das específicas às mulheres cisgênero e são merecedoras da mesma forma de acessibilidade à educação superior. Vale assegurar que o fator de orientação deve ser bastante considerado para que possa nortear o olhar para ações inclusivas, no enfrentamento dos assédios sexuais.

O terceiro indicador traz outra questão necessária:

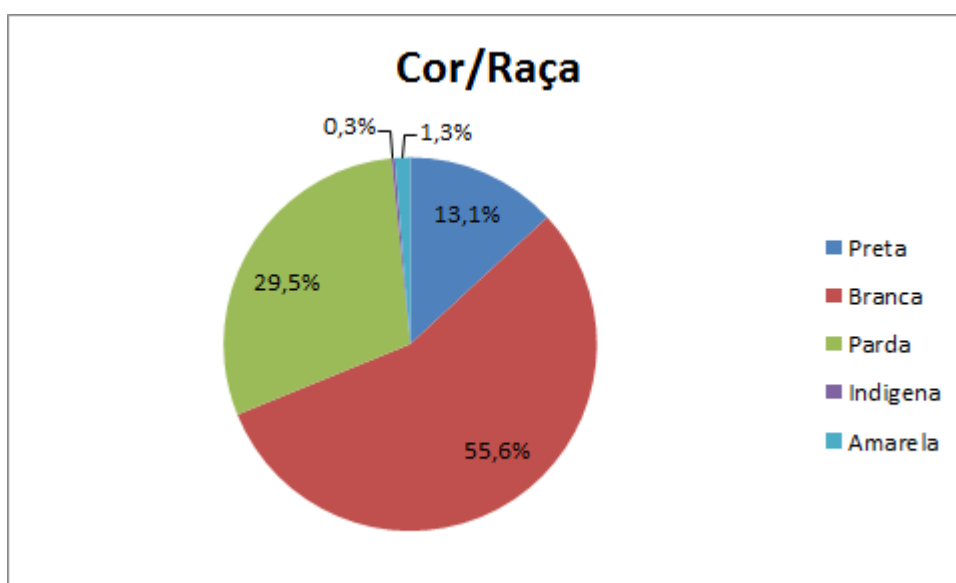


Gráfico 3- Cor/Raça

²¹ Nomenclatura usada em homenagem ao mês da Visibilidade Lésbica, agosto.

²² Assexual é o termo designado a quem não sente atração sexual ou romântica por nenhum sexo;

²³ Panssexual caracterizada pela atração sexual ou romântica por pessoas independentemente do sexo ou gênero das mesmas Disponível em < <http://www.lgbt.pt/conheca-os-tipos-de-orientacao-sexual/>> Acesso novembro de 2017.

No gráfico 3, o indicador de análise é a cor/raça das estudantes. São 55,6% de estudantes que se declaram brancas, 29,5% pardas, 13,1% pretas, 1,3% amarela e 0,3% indígena. Vale observar, por esses indicadores, que mesmo em menor número, alunas pretas e pardas dão a somatória de 42,6%, o que chega perto da metade de estudantes.

Em relação ao nível acadêmico:

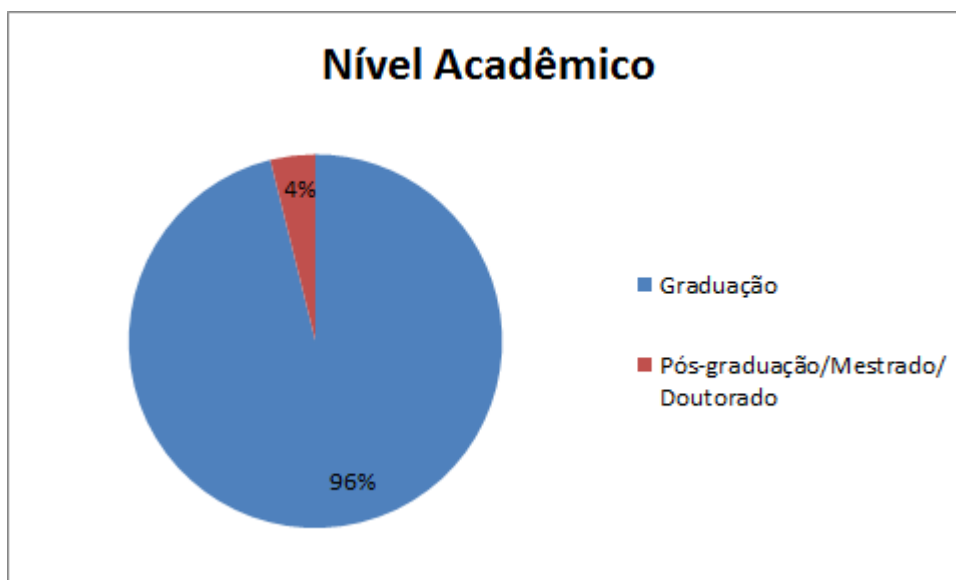


Gráfico 4- Nível Acadêmico

No gráfico 4, nota-se que 96% das participantes estão na graduação, ou seja, quase 100% das participantes, e apenas 4% na pós-graduação/mestrado ou doutorado.

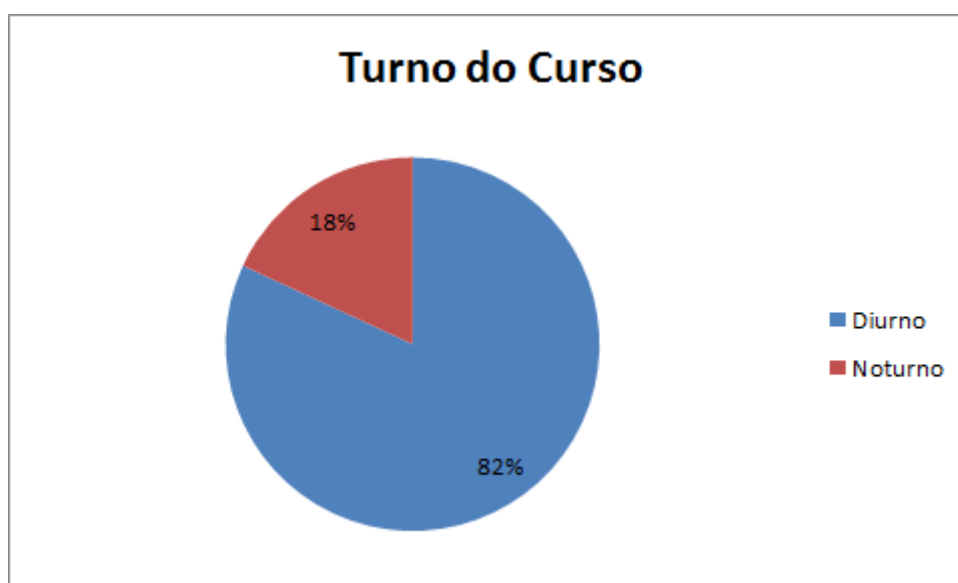


Gráfico 5- Turno do curso

No gráfico 5, percebe-se que as alunas são majoritariamente do turno diurno, representando 82%, enquanto apenas 18% são de cursos no turno noturno. Há uma diferença discrepante entre o número de alunas nos turnos e pode-se inferir a questão da de questões de emprego, falta de segurança dentro da universidade, além de outras demandas.

Na tabela 1, estão descritos os cursos em ordem decrescente do quantitativo de participantes:

Curso	Nº de respostas
Letras	61
Serviço Social	47
Ciências Sociais	38
Ciências Biológicas	36
Pedagogia	29
Psicologia	28
Fisioterapia	26
Fonoaudiologia	26
Comunicação Social	25
Direito	22
Medicina Veterinária	18
Terapia Ocupacional	17
Administração, Artes Plásticas	16
Educação Física	15
Ciências Políticas, Enfermagem; Engenharia Eletrônica e Farmácia (FCE)	14
Biotecnologia	13
Comunicação Organizacional; Engenharia de Energias; Engenharia de Software e Medicina	11
Arquitetura e Urbanismo; Geofísica	10
Engenharia Aeroespacial; Engenharia Ambiental; Gestão em Saúde Coletiva	9
Geologia; História; Relações Internacionais; Saúde Coletiva	8
Engenharia Automotiva; Engenharia de Produção; Engenharia Florestal	7
Artes Cênicas; Ciências Ambientais; Gestão em Políticas Públicas	6
Ciências Econômicas; Ciências Farmacêuticas; Odontologia; Teoria Crítica e História da Arte; Turismo	5
Ciências Contábeis; Ciências da Computação; Música; Química	4
Agronomia; Biblioteconomia; Engenharia Civil; Engenharia de Redes de Comunicação; Estatística; Filosofia	3
Ciências Naturais; Enfermagem e Obstetrícia; Engenharia de Computação; Engenharia Elétrica; Engenharia Mecânica; Física; Geografia; Gestão Ambiental; Matemática e Museologia	2
Engenharia Mecatrônica; Química Tecnológica	1
Arquivologia; Nutrição; Educação do Campo (FUP) e Gestão em Agronegócio	0

Tabela 1 – Cursos Universidade de Brasília

Ao todo foram analisados 70 cursos. Os cursos que possuíam o mesmo número de respostas foram compilados para uma melhor interpretação e compreensão dos dados. Observa-se que os cursos com maior número de respostas (superiores a 20) são de Humanidades ou Saúde.

Em primeiro lugar, Letras obteve a maioria das respostas, como 61; Serviço Social com 47; Ciências Sociais com 38; Ciências Biológicas com 36; Pedagogia com 29; Psicologia com 28; Fisioterapia e Fonoaudiologia com 26; Comunicação Social com 25 e Direito com 22. O cenário de alguns dos cursos que obtiveram mais respostas, como Serviço Social, Pedagogia, Psicologia e Fisioterapia são majoritariamente formados por mulheres em relação aos outros cursos.

Nos outros cursos, grande parte da área de Saúde e de Exatas, alguns de Humanidades, apresentaram respostas inferiores a 20 participantes. Contudo, é importante ressaltar que nos cursos de Exatas, o quantitativo acadêmico é, majoritariamente, formado por homens.

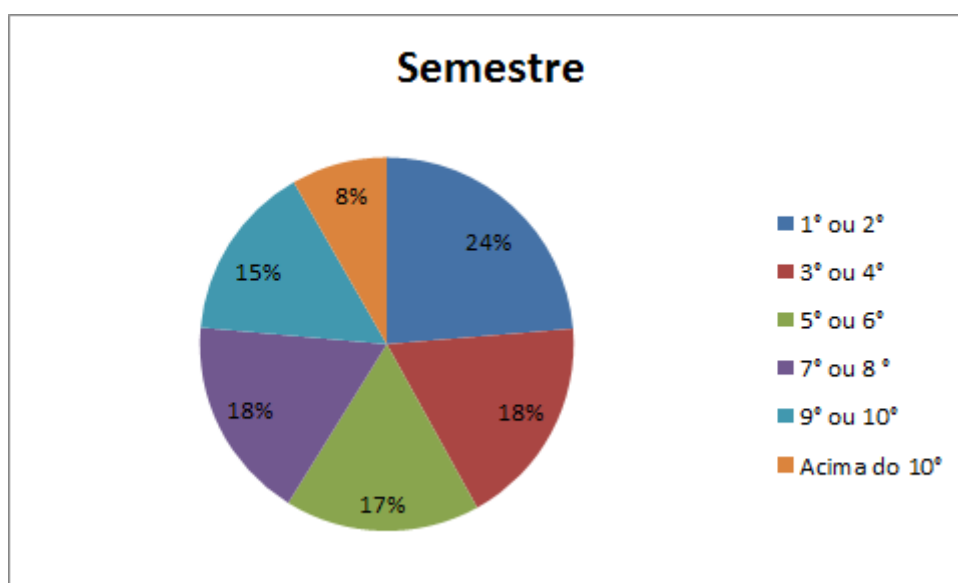


Gráfico 6- Semestre

Em relação ao semestre das participantes, o gráfico 6 demonstra que a maior parte estão entre o 1º ou 2º semestre.

Na análise dos dados da parte I do questionário, algumas reflexões são necessárias para uma maior compreensão do perfil das estudantes. Em relação ao primeiro tópico, a idade, na maioria dos casos as ingressantes de 17 anos acabam de sair do ensino médio, onde a discussão da violência de gênero ainda possui muitos entraves; A maioria das escolas não dá acesso ou informações mínimas para as meninas, o que causa uma falta de preparo para lidar com essa realidade dentro da universidade. Segundo Kátia Pupo, em seu artigo “Questão de Gênero na Escol” (2011), a escola é um “lugar de formação e imposição de princípios sexistas onde encontraremos um imenso campo de ação para promover reflexões e, quiçá, mudanças que possam romper com os paradigmas tradicionais de comportamento masculino e feminino” (2011, p.6). Nesse contexto, quando não se discute a temática de gênero, a escola continua reproduzindo os modelos de violência entre os sexos, como machismo, sexismo, além de homofobia e outros. Esse cenário reflete na entrada do ensino superior, causando uma falta de preparo para lidar com essa realidade dentro da universidade.

Relacionando a idade com os semestres das participantes, é válido ressaltar que apesar das idades entre 17 a 21 anos e considerando que os cursos possuem duração média de 8 a 10 semestres, 41% das participantes dessa pesquisa estão no final do curso.

Outra questão importante a ser ressaltada e refletida é a resposta de pelo menos uma mulher transgênero²⁴ à pesquisa. São mulheres que também sofrem violência dentro da universidade, além de outras demandas.

No gráfico 3, na questão sobre cor/raça, as participações evidenciaram um percentual significativo de estudantes brancas na universidade. Questão que aborda outras problemáticas para além desse trabalho.

Já em relação ao turno do curso, segundo o site da administração da Universidade de Brasília, de acordo com o documento²⁵ feito pelo Decanato de Graduação – DEG, o total de alunos existentes na UnB são de 27.053, alunos existentes nos cursos diurnos são de 22.602 e alunos existentes nos cursos noturnos são 4.451. Em relação ao dado coletado pela pesquisa, 82% das alunas são do período diurno o que evidencia também a maior parte de estudantes, segundo os dados da UnB. Em geral, as

²⁴ Mulher transgênero é a pessoa que nasce e é registrada como homem, mas se reconhece e identifica como mulher.

²⁵ Número de alunos Universidade de Brasília - Disponível em <http://unb2.unb.br/administracao/decanatos/deg/downloads/cil/numero_de_alunos.pdf> Acesso em novembro de 2017.

alunas do curso noturno estão inseridas no mercado de trabalho e optam pelo estudo noturno.

Os cursos que possuem maior predominância de mulheres são da área de humanidades como é descrito na explicação da tabela 1. Mesmo assim, vale ressaltar que cursos de exatas, principalmente os cursos de engenharia do campus FGA, obtiveram uma participação maior do que era esperada. As estudantes de exatas, mesmo com menor alcance de resposta em relação aos cursos de outras áreas, possuem um significativo resultado para pesquisa, principalmente pelo cenário extremamente machista em que se encontram diariamente. A maior quantidade de respostas foi das estudantes dos cursos de engenharia do campus FGA, como Engenharia Eletrônica com 14; Engenharia de Energia e Engenharia de Software com 11; Engenharia Aeroespacial com 9 e Engenharia Automotiva com 7 participações na pesquisa. Resultados que refletem na parte II do questionário, através dos comentários feitos por essas participantes.

O perfil traçado a partir das respostas das alunas participantes é de mulheres com idade entre 17 a 21 anos, heterossexuais, brancas, na graduação, curso na área de humanas, turno diurno e com o semestre variante entre o começo do período de graduação 1º ou 2º ou no final, 7º ao 10º.

Parte II – O Assédio Sexual na Universidade de Brasília

A parte II do questionário possui o foco em perguntas voltadas diretamente ao tema de assédio sexual, a fim de coletar dados sobre registros dos casos, comportamento do assediador, conhecimento de locais de apoio às vítimas e a parte aberta para comentários. As perguntas foram as seguintes:

8) Já ouviu casos de assédio sexual por parte de professores dentro da Universidade de Brasília?

9) Você considera que já sofreu/sofre assédio sexual por parte de professores dentro da Universidade de Brasília?

10) Já passou ou conhece alguma mulher que já tenha passado por uma ou mais dessas situações causadas por algum professor da Universidade de Brasília?

11) Caso já tenha sofrido assédio sexual, como lidou com a situação?

12) Você conhece lugares de apoio para casos de assédio sexual dentro da Universidade?

12.1) Caso conheça lugares de apoio, especifique nomes:

13) Caso tenha sofrido assédio sexual ou conheça alguém que sofreu, quem e/ou qual órgão foi procurado?

14) Houve denúncia formal (boletim de ocorrência ou denúncia escrita para algum órgão da universidade)?

15) O assediador foi responsabilizado/punido?

Caso queira acrescentar algo, fique à vontade para colocar comentários adicionais aqui:

A primeira questão da segunda parte do questionário, a questão 8, tem como objetivo mensurar a quantidade de estudantes que, pelo menos, já ouviram casos de situações de assédio sexual, mesmo que não tenham sofrido. Casos que ocorreram independente de ligação ou não com a vítima, como por exemplo: os casos que foram para mídia, relatados no primeiro capítulo (FAC e FD).

A questão 9 é importante para provocar a reflexão sobre o tema para quem responde o questionário. Pois muitas mulheres quando sofrem assédio sexual, no primeiro momento, não entendem ou não consideram como um assédio. Só depois, com alguns esclarecimentos do real significado de assédio sexual e as situações recorrentes, é que a vítima compreende a violência sofrida. A resposta da questão 9 propicia uma conexão com a questão 10, que contém alternativas de resposta, além de exemplos de situações que são consideradas assédio sexual, como por exemplo: intimidação, perseguição, abordagem de cunho sexual, desqualificação por ser mulher e etc. Além disso, a questão 10 tem o objetivo de identificar quais são as situações que ocorrem com maior frequência e os comportamentos/attitudes mais presentes entre os professores denunciador por assédio assediadores.

A questão 11 é voltada para a estudante que foi vítima de assédio sexual. A pergunta foi elaborada com a perspectiva de compreender quais são as atitudes, sentimentos e posições tomadas, ou não, pelas mulheres que sofreram e quais comportamentos são mais frequentes entre as vítimas.

As questões 12, 12.1, 13, 14 e 15, são voltadas para evidenciar quais políticas de enfrentamento que a instituição de ensino oferece para as vítimas ou se há alguma orientação dos casos de assédio, como se lida, que lugares ou pessoas devem ser procurados, se o corpo estudantil sabe de lugares de apoio, onde podem denunciar ou se informar.

Com a pretensão de saber se os lugares de apoio que existem dentro da universidade são conhecidos e estão sendo procurados pelas estudantes, foram elaboradas especificamente, a questão 12, e sua extensão 12.1. A questão 13 também tem como tema os lugares de apoio, porém, com alternativas de respostas, como Diretoria de Diversidade, Centro de Convivência de Mulheres, departamento do curso e outros, bem como, de pessoas que são procuradas nesses momentos: familiares, professoras/res e amigas/os.

A questão 14 tem o objetivo de mapear o percentual de mulheres que fizeram denúncias formais contra professores que as assediaram. Bem como apontar se foram registradas dentro da universidade, em algum órgão da UnB, em locais de fora como na Delegacia da Mulher, por exemplo, ou ainda através de Boletim de Ocorrência via internet.

A última questão de número, 15, é sobre a responsabilização do assediador. Ou seja, busca compreender se após a denúncia as vítimas obtiveram devolutiva sobre as medidas ou atitudes que responsabilizassem o professor, seja: por afastamento, demissão ou mudança de disciplina ou se nada ocorreu, e ainda se não sabem qual foi o encaminhamento feito para a situação. Após a questão 15, foi aberto um espaço para comentários sobre a pesquisa ou relatos de situações de assédio sexual.

A questão 8 aborda o tema de assédio sexual na Universidade de Brasília em todos os campus FGA, FCE, FUP e Darcy Ribeiro.

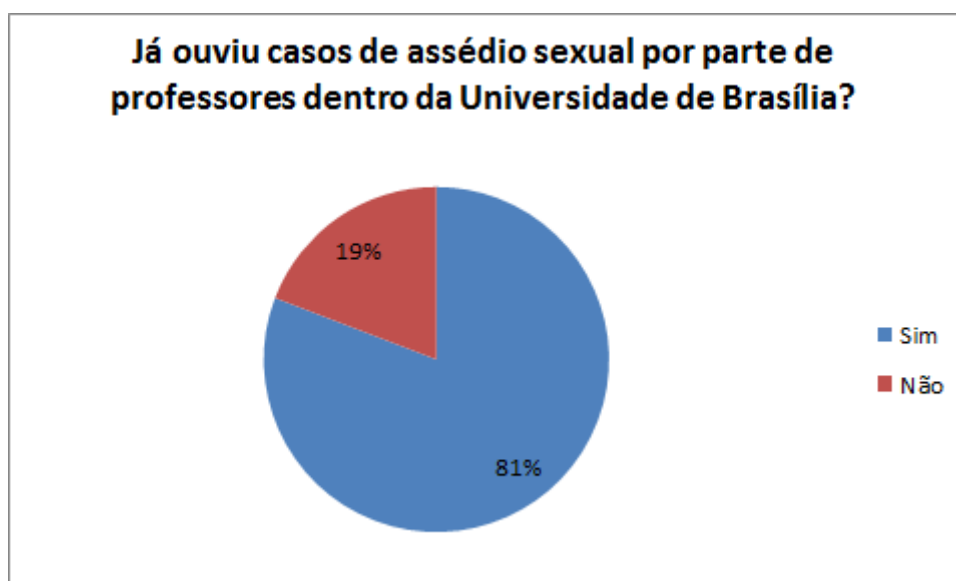


Gráfico 7 – questão 8

O gráfico 7 ilustra o cenário da Universidade de Brasília, onde das 713 participantes, 81% já ouviu sobre casos de assédio sexual por parte de professores, o que sugere a UnB como um ambiente inseguro onde as alunas estão bastante suscetíveis a sofrer assédio sexual.

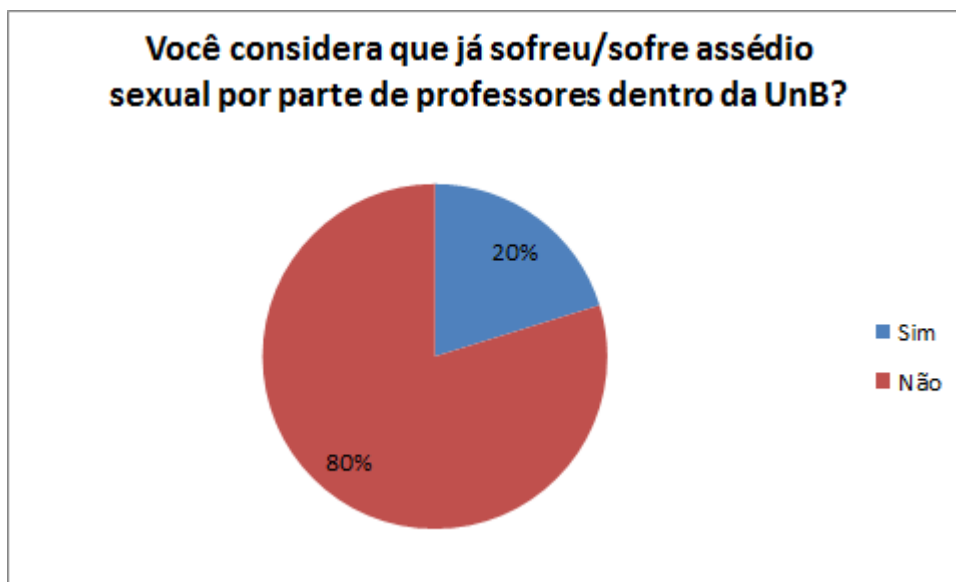


Gráfico 8 – questão 9

As porcentagens se invertem quando a pergunta é sobre se considerar uma vítima de assédio sexual. Nesse caso, o gráfico 8 demonstra que 80% das participantes identificam que não sofrem/sofreram assédio sexual e apenas 20% consideram que sim. Isso se dá pelo fato da dificuldade de identificação do que é assédio sexual e quais situações são consideradas assédio. Porém, o cenário das respostas vai se modificando, como podemos observar no próximo gráfico 9, relativo a questão 10:

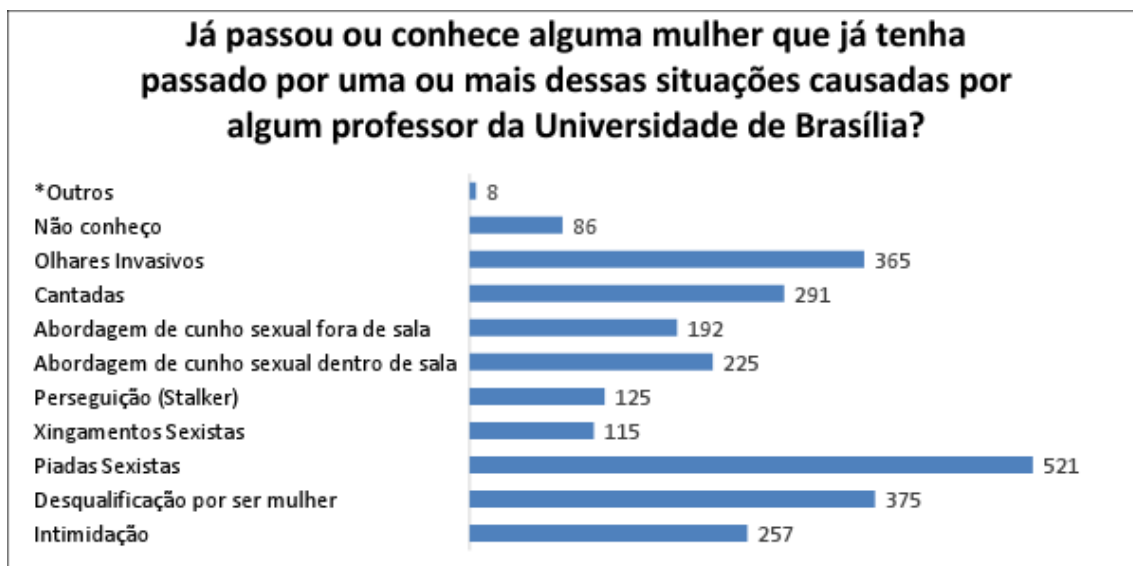


Gráfico 9- Questão 10

O gráfico 9 evidencia situações que são forma de assédio sexual, mas que muitas vezes não são enxergadas como a violência, principalmente pela sua naturalização. Percebe-se que apenas 86 participantes respondem que não conhecem ninguém que tenha vivenciado alguma das situações descritas no gráfico, número consideravelmente menor em relação às outras respostas.

As situações de maior concorrência são: piadas sexistas (521), desqualificação por ser mulher (375), olhares invasivos (365), cantadas (291) e intimidação (257).

É de suma importância destacar a alternativa *outros*. Opção aberta para preenchimento das participantes, onde foram relatadas algumas situações significativas, como: “utilização de teorias inadequadas para desqualificar mulheres” (1), “toques sem permissão” (1), “carinhos inapropriados” (1), “estupro” (1), “comentários desmerecendo outras mulheres, na sua capacidade intelectual ou emocional de levar para frente uma pesquisa, tentando me fazer cúmplice da desqualificação” (1); “ameaças mesmo, do tipo reprovar caso a menina não fizesse tal coisa” (1), “mordida no ombro” (1) e “me tratava com muita vigilância durante as aulas, como se fosse meu namorado ou algo do tipo. E começou a me tratar mal e exigir mais de mim do que dos demais alunos quando descobriu que eu namorava uma mulher” (1).

A partir das situações descritas pelas mulheres, é possível perceber a imensa escala de atitudes machistas e sexistas que são naturalizadas e recorrentes nas relações de gênero.

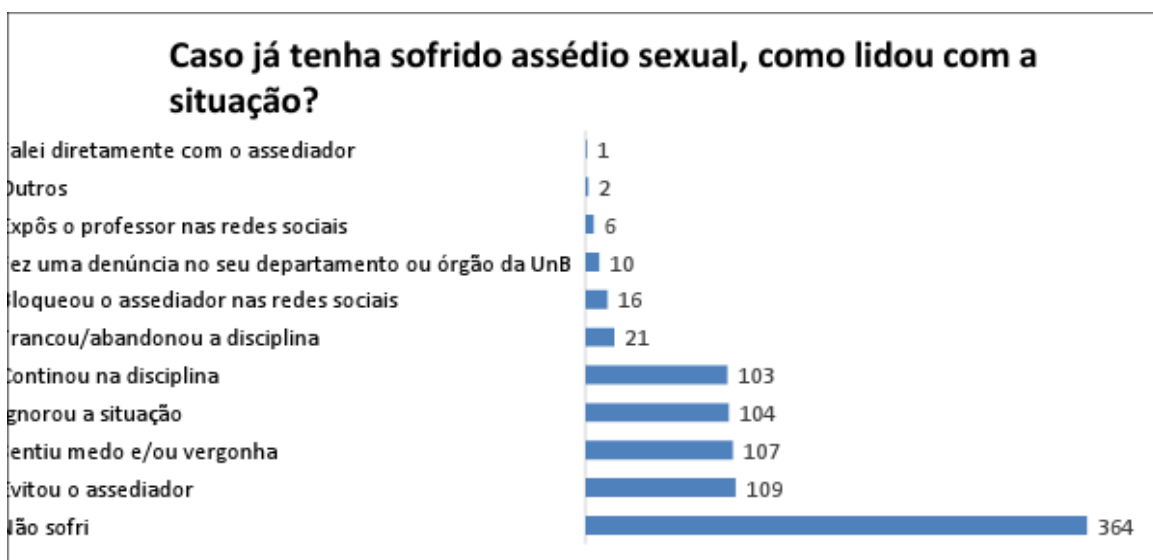


Gráfico 10 – Questão 11

Quando a pergunta é direcionada a quem foi vítima de assédio, as respostas diminuem de 713 para 580. A maioria das estudantes declarou não ter sofrido assédio sexual (364). Porém, que afirmam ter sofrido e evitaram o assediador (109), sentiram medo e/ou vergonha (107), ignoraram a situação (104), continuaram na disciplina (103). Nesse contexto, os itens mais marcados estão relacionados à passividade da vítima diante do professor. Isso demonstra a dificuldade das alunas em lidar com a situação e com o assediador, o que reflete um sistema em que as mulheres são silenciadas e muitas vezes se calam perante situações de violência, pelos diversos medos que isso impõe.

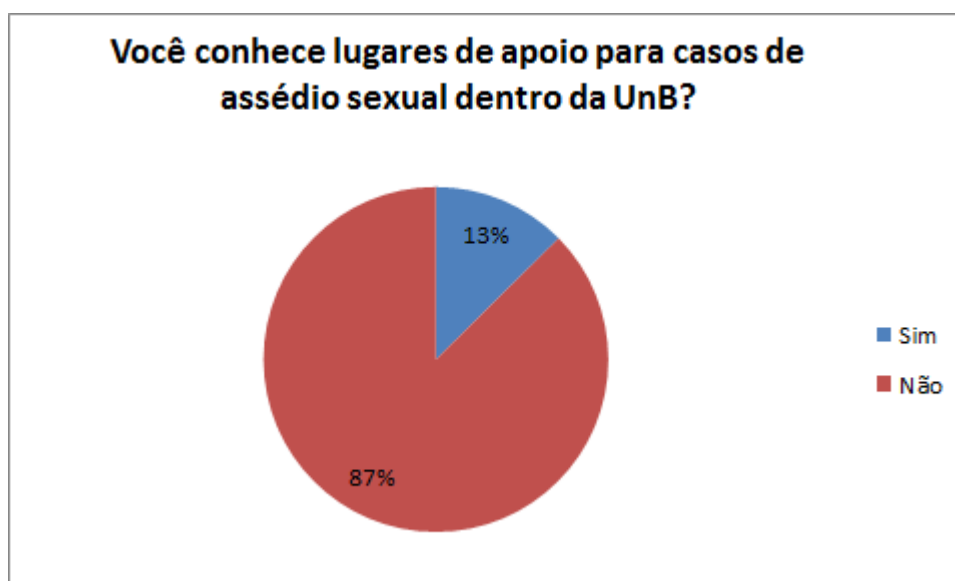


Gráfico 11- Questão 12

No ambiente da Universidade de Brasília, existem 16 lugares/coletivos que oferecem apoio às mulheres. No entanto 87% das participantes afirmam não ter conhecimento de nenhum desses lugares e, apenas 13% tem conhecimento dessa existência. Fato que fica bem ilustrado na Tabela 2, relativa a questão 12.1:

12.1) Caso conheça lugares de apoio, especifique nomes:

Lugares/Coletivos	Nº de respostas
Diretoria de Diversidade - DIV	41
Centro De Convivência de Mulheres - CCM	33
Serviço de Orientação ao Universitário - SOU	6
Ouvidoria	8
Coletivo Afetadas	3
Coletivo Ypê Rosa (Biologia)	4
Coletivo Não Me Khalo	1
Coletivo Rita Lobato (Medicina)	3
Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos - CAEP	2
Grupo FGA - Mulheres (Facebook)	1
Networking das Minas	1
Projeto Escuta Diversa	1
Centro Acadêmico de Serviço Social - CASESO	1
Professoras do Instituto de Ciências Sociais	1
Centro Acadêmico de Terapia Ocupacional	1
Centro Acadêmico de Pedagogia - CAPE	1

Tabela 2 – Questão 12.1

Apenas 41 estudantes conhecem a Diretoria de Diversidade. Órgão institucionalizado para atender não só as mulheres, mas também a comunidade LGBTQ, indígena e negra. O Serviço de Orientação ao Universitário - SOU com apenas 6 estudantes que conhecem, e Ouvidoria, com 8 pessoas que conhecem,. Todos esses órgãos institucionalizados e que possuem espaço física dentro do campus. Além disso, o Centro de Convivência de Mulheres - CCM, que teve seu início desde abril de 2017, contou com o apoio de 33 estudantes e os outros coletivos, Centros Acadêmicos (todos da área de humanas) e grupos tiveram respostas entre 4 à 1. Os números demonstram o quanto é falha a divulgação de informação sobre esses lugares de apoio, mesmo dos órgão há tempos institucionalizados.

Quem e/ou órgão procurado	Nº de respostas
Amigas (os)	284
Nenhum	270
Centro Acadêmico do Curso	99
Seu Departamento	98
Outros professores	48
Diretoria de Diversidade - DIV	43
Centro de Convivência de Mulheres - CCM	35
Ouvidoria	6
Reitoria	4
Polícia	4
Coletivos Feministas	2
Serviço de Orientação ao Universitário- SOU	2
Diretório Acadêmico de Estudantes -DCE	1
Direção FGA	1
Página Fiu-Fiu	1

Tabela 3 - Questão 13

Houve 610 respostas em relação às 713 participações. O gráfico demonstra que 284 alunas, ao sofrerem assédio sexual procuram por amigas (os), provavelmente por se sentirem mais seguras ou por sentirem medo do julgamento e das possíveis retaliações do professor acusado. Além desse dado, 270 estudantes não procuraram nenhum lugar para apoio ou denúncia; 98 alunas procuraram o departamento de curso; 99 o Centro Acadêmico; 43 a DIV; 48 outras professoras e 35 o CCM.

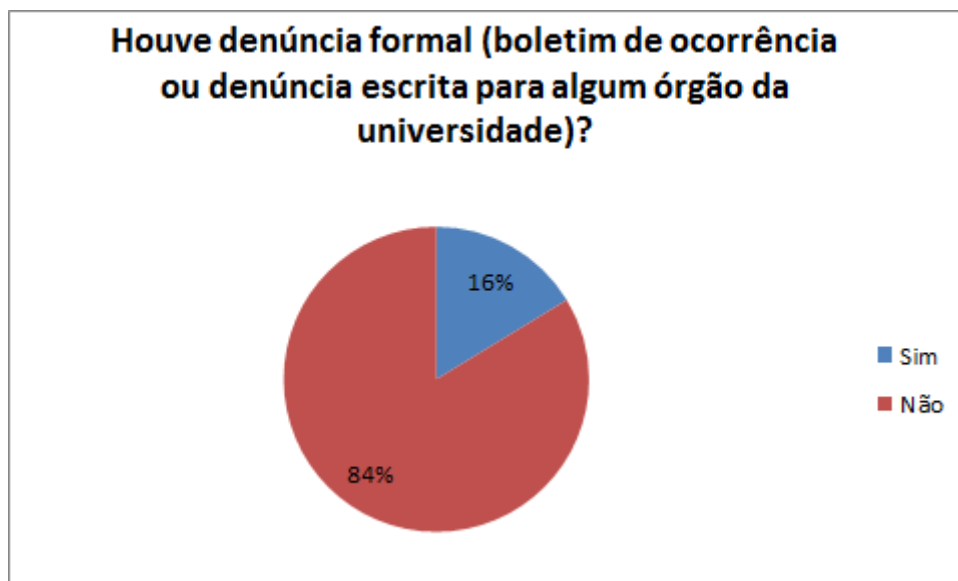


Gráfico 12 – Questão 14

O gráfico mostra que apenas 16% das participantes fez a denúncia em caráter formal. O baixo número de denúncias é, também, em decorrência do desconhecimento de lugares de apoio e acolhimento das vítimas. Nesse cenário, ao baixo número de denúncias formais, aumenta a dificuldade na responsabilização e punição do assediador, como demonstra o gráfico 13, relativo a questão 14:

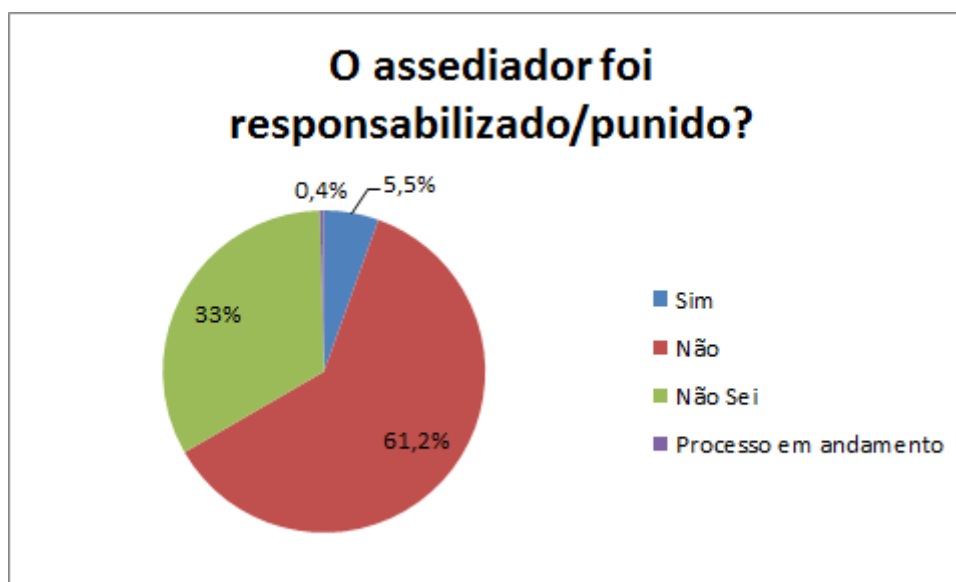


Gráfico 13 – Questão 15

Na maioria dos casos (61,2%), o assediador não é punido são várias razões discutidas : por serem as alunas participantes estimuladas a silenciar, principalmente, por se tratar de uma questão hierárquica outros são abafados ou negligenciados. Uma porcentagem de 33% das participantes alega não saber se o professor acusado foi responsabilizado pelo assédio sexual, pois mesmo diante da denúncia não houve um retorno, e em 5,5% dos casos o assediador foi punido e apenas 0,4% estão com processos em andamento.

Vale ressaltar dentre os casos onde o assediador foi punido, exemplo casa da FAC, as vítimas descreveram os seguintes relatos: “sim, mas a punição foi só um afastamento e ele já está dando aula de novo” (0,2%); “Médio, teve um "afastamento" de poucos dias ainda por cima remunerado.” (0,2%); “Foi afastado por 2 meses em virtude dos processos contra ele, e em seguida voltou a dar aula” (0,2%), “apenas houve uma troca de turmas entre o professor assediador e outro professor da mesma disciplina” (0,2%) e “alguns sim, outros não. É mais fácil quando o professor é voluntário, porque o desligamento se dá de maneira mais rápida. Agora, em se tratando

de professores adjuntos ou titulares da Universidade, a responsabilização é praticamente impossível” (0,2%).

Com esses dados, percebe-se a dificuldade de responsabilizar e punir os professores assediadores. A universidade utiliza mecanismos de abafamento como afastamento prévio de professores, mudanças de disciplina, punição administrativa para assim preservar-se a imagem do professor assediador e da instituição acadêmica, porém coloca em risco suas alunas e reproduz um cenário violento e inseguro para as mulheres. Ao final do questionário foi reservado um espaço para comentários sobre o tema da pesquisa e relatos, sobre situações de assédio sexual vivenciadas pelas estudantes ou conhecidas. O preenchimento foi de cunho voluntário, porém 56 pessoas deixaram comentários, sugestões e relatos. Tendo em vista a compreensão da temática abordada no trabalho, os relatos (anexo 4) são fundamentais e ilustram a realidade da Universidade de Brasília. Dentre esses destacam-se:

“Sofri assédio dentro de sala de aula, onde tínhamos um professor mega machista e que, em suas aulas, expunha exemplos que diminuíam a nossa imagem de mulher é sexualizava. Em um dado momento do curso ele disse que um outro colega, HOMEM, não podia deixar eu, enquanto mulher tirar uma nota maior que a dele, porque nós mulheres não nascemos para as ciências exatas. Na hora eu não falei nada, porque eu mesma não percebi o descabimento do professor em tratar uma aluna dessa maneira.”

“Eu gostaria de deixar registrado ainda que eu só percebi o assédio depois que já tinha ocorrido e nunca procurei ninguém porque o professor já tem dois processos contra ele iniciados por alunos que não deram em nada, tive medo de ser marcada pois fazemos duas disciplinas ministradas pelo mesmo professor. E além disso ele vive fazendo piadas racistas em sala de aula e usando termos de baixo calão.”

“Estou no quarto semestre de Engenharia, e durante este período já senti meu conhecimento sendo questionado pelo simples fato de ser mulher; como quando vou explicar algo e algum homem me interrompe. Infelizmente, a maioria dos estudantes são homens e nos semestres mais avançados a quantidade de mulheres também diminui. Os professores têm comportamentos sexistas velados com as alunas, isso quando não assediam as mesmas- nunca sofri assédio, porém conheço várias mulheres que já foram vítimas.”

“Disse que queria falar comigo e me fez esperá-lo atender todos os alunos até ficar sozinho comigo na sala de aula. Me mandou sentar ao lado dele e disse que estava completamente apaixonado por mim, mas quis fazer isso soar ambíguo como um modo "carinhoso" de me convidar para o grupo de pesquisa dele. Respondi que ia pensar e fui embora. Claro que nunca ingressei nesse grupo. Já ouvi outros relatos na faculdade de assédio cometido pelo mesmo professor. Me senti confusa e vulnerável. Tenho nojo desse professor e sempre evito cruzar com ele na faculdade.”

“O professor assediador era meu orientador de PIBIC, em certa ocasião me deu um selinho quando fui me despedir e chegou a me chamar para a casa dele via e-mail. Apesar do constrangimento e da raiva que sentia dele não fiz nada, ele que me deu a bolsa de PIBIC e até hoje ele que assina o estágio que permite que eu me mantenha na UnB.”

“Na fga, entramos com uma reclamação por assédio e piadas de cunho sexista contra o professor X, depois de todo um processo, foi feita uma reunião onde pediram para ele parar com as "brincadeiras". Ele continua. Eu tbm fui assediada por outro professor apresentando uma prova na sala dele. Isso deveria ser proibido. Tenho medo de ficar com ele na mesma sala até hoje.”

“Sou assediada por um professor de meu departamento via redes sociais. Ele faz comentários em minhas fotos e eventos que confirmo com uma intimidade que nunca dei a ele. Ainda não o denunciei pois estou perto de me formar e não estou pegando mais disciplinas com ele.”

“Excesso de situações me fez abandonar a universidade.”

Com a abordagem de todos esses relatos, é nítido o quanto a Universidade de Brasília é um ambiente machista, onde a violência contra as mulheres ocorre dentro e fora das salas de aulas, por alunos e professores. É mais que necessário combater estas práticas de assédio tão recorrentes no ambiente universitário, para tanto, se vê necessário a criação de estratégias de enfrentamento mais eficientes, eficazes e efetivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra as mulheres no ambiente universitário precisa de estratégias de enfrentamento eficazes nas situações que envolvem as relações, seja aluno- aluna ou servidor-aluna. Ao decorrer da elaboração desse trabalho, percorri, da forma mais didática, para que leitores que não estejam a par do assunto entendam o quanto é necessário a discussão e mobilização do combate a violência contra as mulheres dentro dos espaços acadêmicos. A partir dos resultados, confirmando minha hipótese e voltando ao objetivo da pesquisa de saber quais são os mecanismos que a UnB possui para apoiar as vítimas e as estratégias utilizadas pela universidade no enfrentamento do assédio.

Os resultados da pesquisa demonstraram o quanto o assédio sexual não é reconhecido muitas vezes, apenas quando são colocadas situações que são caracterizadas como assédio sexual, como piadas sexistas, desqualificação por ser mulher, toques sem consentimento, abuso de poder hierárquico com intenções sexuais, olhares invasivos e cantadas, que muitas das estudantes enxergam o assédio.

Fica nítido o quanto é necessário debate quando os números de respostas invertem com a pergunta “Já ouviu casos de assédio sexual por parte de professores dentro da Universidade de Brasília?” com 81% sim e 19% não, e “Você considera que já sofreu/sofre assédio sexual por parte de professores dentro da Universidade de Brasília?” com 80% não e 20% sim.

Durante a elaboração desse trabalho, foi evidenciado quão é devastador para as alunas que são vítimas de violências dentro do campus universitário ficarem reféns da falta de apoio e regulamentos que punam, de fato, seus agressores e da falta de um local de apoio específico para essa questão de violência que afeta a vida das estudantes, tanto acadêmica, como pessoal. Para que tal enfrentamento seja fortalecido com ações concretas por parte da UnB, centro de excelência acadêmica que pela situação geopolítica deve ser pioneira dessas ações, dando o exemplo norteador para outras instituições do país.

Durante a pesquisa, conclui que grande parte das alunas não conhecem os lugares de apoio dentro da UnB, o que dificulta e desampara as estudantes vítimas. Além disso, a maioria não denuncia por medo de retaliação, como não conseguir terminar o curso, ser reprovada, além de medo de perseguições. A maioria sente vergonha e medo, acaba falando apenas para amigos ou para ninguém. Esse contexto piora ainda mais quando se trata de estudantes do campus da FGA, campus majoritariamente masculino.

A Universidade de Brasília não possui um protocolo ou política de enfrentamento que seja voltada para servidores, mais propriamente para professores. O que dificulta e muitas vezes impossibilita a responsabilização do agressor. Existe, como foi colocado ao longo do trabalho inteiro, um grande silenciamento das vítimas e abafamentos dos casos em prol da imagem da universidade, nesse sentido, acaba que as alunas, coletivos feministas e o movimento estudantil que buscam estratégias para enfrentar essa realidade, fazendo uma grande pressão na universidade para um posicionamento, como foi o caso ocorrido da Faculdade de Comunicação.

Com os resultados apresentados ao longo do trabalho, concluo e que além da necessidade da criação de um protocolo específico como mecanismo de proteção e defesa das estudantes que são vítimas de assédio sexual, são necessárias mais campanhas, palestras, seminários sobre o enfrentamento da violência contra as mulheres dentro da universidade, abordando a temática de assédio sexual cometido por professores, sem que seja um assunto velado, pois existe a urgente demanda de ser

debatido e combatido. Também é necessária a inclusão de matérias sobre gênero ou que abordem a temática de gênero na grade curricular de todos os cursos da Universidade como matéria obrigatória. É essencial o fortalecimento por parte de professoras, alunas e da instituição em si, para o fortalecimento dos coletivos e lugares de acolhimento psicológico e jurídico que orientem e atendam as estudantes nesses casos, para assim se sentirem protegidas e surtir efeito na luta contra a violência para que não haja mais casos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Daniela. **Cis, Trans e Travesti: o que significa?.** Blog Não Me Kahlo, 2015. Disponível em <<http://www.naomekahlo.com/single-post/2015/04/18/Cis-Trans-Travesti-o-que-significa>> Acesso em novembro de 2017.

ALMEIDA, Tânia Mara. **Violência contra mulher no espaço universitário.** In *Mulheres e violência: interseccionalidades*, p. 384-399, Brasília: Technopolitik, 2017.

ALÔ, Jornal. **# MeuAmigoSecreto: Alunas da Unb denunciam professor por abuso sexual** . Matéria do dia 15 de dezembro de 2015 <<http://www.alo.com.br/noticias/alunas-da-unb-denunciam-professor-por-abuso-sexual-346058>> Acesso agosto de 2017.

ARRUDA, Joceilane. & LUZ, Nanci. **Mulher vítima de violência: desbravando as razões da culpa feminina.** In: *Fazendo Gênero 10 – Desafios atuais dos feminismos.* Florianópolis, setembro de 2013.

ASPUV, Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Viçosa. **Violência contra mulher dentro das universidades e palestra na ASPUV.** Abril de 2017 Disponível em <<http://aspuv.org.br/violencia-contr-a-mulher-dentro-das-universidades-e-destaque-em-palestra-na-aspuv/>> acesso outubro de 2017.

BANDEIRA, Lourdes, ALMEIDA, Tânia Mara. **Vinte anos da Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha.** Rev. Estud. Fem. vol.23 no.2 Florianópolis Maio/Agosto. 2015

BANDEIRA, Lourdes. “**Violência, gênero e poder: múltiplas faces**”. In: *Mulheres e Violências, Interseccionalidade*, 1º ed. Brasília: Tecnopolitiki, 2017

BARBOSA, Aluisyo. **Vanessa Henriques – O Assédio Sexual nas Universidades.** Folha Blogs. Outubro de 2017. Disponível em <<http://opinioes.folha1.com.br/2017/10/14/vanessa-henriques-assedio-sexual-nas-universidades/>> Acessado em novembro de 2017;

BARROS, Virginia. **Universidade e violência contra as mulheres: vamos falar sério sobre o assunto?** Disponível em <<https://www.une.org.br/2014/11/universidade-e-violencia-contr-a-mulheres-vamos-falar-serio-2/>> acesso outubro de 2017.

BRASIL, Planalto. **Lei N° 10.224**, 15 de maio de 2001. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10224.htm> Acesso em agosto de 2017

BRAZILIENSE, Correio. **Caso Ariadne: polícia de MT encaminhará detalhes da investigação ao MPDFT.** 2017. Disponível em

<http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/11/10/interna_cidades_df,556719/caso-ariadne-policia-de-mt-encaminhara-detalhes-da-investigacao-ao-mp.shtml> Acesso em outubro de 2017;

BOURDIER, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Participando do debate sobre mulher e violência**. In: Várias autoras, *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, nº 4, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1985

COSTA, Neila. **O poder simbólico e a violência simbólica**, 2015. Disponível em <<http://www.naomekahlo.com/single-post/2015/06/29/O-Poder-Simb%C3%B3lico-e-a-Viol%C3%Aancia-Simb%C3%B3lica>> Acesso em novembro de 2017

CRISTALDO, Heloisa. **“Pesquisa mostra que 86% das mulheres sofreram assédio”** EBC Agencia Brasil, 2016. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-05/pesquisa-mostra-que-86-das-mulheres-brasileiras-sofreram-assedio-em>> Acesso em outubro de 2017> Acesso em setembro de 2017.

CUNHA, Bárbara. **Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero**. XVI Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR, 2014.

DATA POPULAR/INSTITUTO AVON. **Violência contra a mulher no ambiente universitário**. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão e ONU Mulheres, 2015.

ENTRECULTURA. **Assédio Sexual na Universidade: Como tratar o assédio no meio acadêmico?** Dezembro de 2017. Disponível em <<http://entrecultura.com.br/2017/05/26/assedio-sexual-na-universidade-como-tratar-o-assedio-no-meio-academico/>> Acesso em setembro de 2017.

ESTADÃO, Jornal. **Estudantes ainda têm receio de denunciar assédio sexual sofrido em universidades.** Julho de 2017. Disponível em <<http://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento.estudantes-ainda-tem-receio-de-denunciar-assedio-sexual-sofrido-em-universidades.70001828491>> Acesso em novembro de 2017;

FERREIRA, Catarina. **Assédio sexual não é elogio: é violência.** 2016. Disponível em <<http://www.siteladom.com.br/assedio-sexual-nao-e-elogio-e-violencia/>> Acesso em outubro de 2017.

FREITAS, Ana. **Como as maiores universidades do mundo combatem o assédio sexual no campus.** NEXO Jornal LTDA. Disponível em <: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/07/28/Como-as-maiores-universidades-do-mundo-combatem-o-ass%C3%A9dio-sexual-no-campus>> Acesso agosto de 2017.

FOUCAULT, Michael. **A história da sexualidade I: A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FÓRUM, Revista. **Professor é suspenso da Universidade de Brasília após denúncia de assédio sexual contra alunas.** Abril, 2017. Disponível em <<https://www.revistaforum.com.br/2017/04/25/professor-e-suspenso-da-universidade-de-brasilia-apos-denuncia-de-assedio-sexual-contralunas/>> Acesso agosto de 2017.

G1, Notícias. **Dois professores da UEM são investigados por assédio sexual** Agosto de 2017. Disponível em <<https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/dois-professores-da-uem-sao-investigados-por-assedio-sexual.ghtml>> Acesso em outubro de 2017.

GENDRON, Colette. **“Violência e Assédio Sexual”.** Colóquio Internacional Brasil, França e Quebec, nº especial/2º semestre, 1994.

HELENA, Beatriz. **Assédio Sexual: mulher a culpa não é sua,** 2014. Disponível em <<https://www.vix.com/pt/bdm/estilo/assedio-sexual-mulher-culpa-nao-e-sua>> Acesso em outubro de 2017.

IG, Brasília. **Secretaria de Políticas para Mulheres questiona trote em que calouras participaram lambendo linguiça com leite condensado na frente de veteranos.** 2011. Disponível em <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/trote-humilhante-coloca-unb-em-alerta/n1237717809107.html#2>> Acesso em novembro de 2017

JANSSEN, Danielle. **Assédio Sexual? Professor e Aluno.** Setembro, 2013. Disponível em < <http://phmp.com.br/artigos/o-assedio-sexual-professor-e-aluno/>> Acesso agosto de 2017;

JUS. **Tipos de Violência Contra a Mulher.** 2016 Disponível em <<https://jus.com.br/artigos/49523/tipos-de-violencia-contr-a-mulher> > Acesso em outubro de 2017;

JUSTIÇA, Conselho Nacional. **“Lei Maria da Penha: formas de violência contra mulher”** <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/lei-maria-da-penha/formas-de-violencia>> Acesso setembro de 2017.

LIMA, Márcia. **Introdução aos métodos quantitativos em Ciências Sociais** in: Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Quantitativo, Sesc e CEBRAP São Paulo, 2016

METROPOLES, Jornal. **UnB volta a ser palco de machismos e agressão a mulheres** – Disponível em <<https://www.metropoles.com/distrito-federal/educacao-df/unb-volta-a-ser-palco-de-machismo-e-agressoes-a-mulheres>> Acesso em novembro de 2017.

OLGA, Think .**O futuro do movimento anti-assédio.** 2015 Disponível em < <http://thinkolga.com/chega-de-fiu-fiu/o-futuro-do-movimento-anti-assedio-no-mundo/>> Acesso em novembro de 2017.

PORTO, Madge. **O enfrentamento da violência no ambiente universitário: uma experiência na Ufac.** In *Mulheres e violência: interseccionalidades*, p. 400-411. Brasília: Technopolitik, 2017.

QUEIROZ, Delcele. **Mulheres no Ensino Superior no Brasil.** Pós- graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia. 2006.

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleith. **O Poder do Macho.** São Paulo, Moderna, 1987

SARDENBERG, Cecília. **A violência simbólica de gênero e a lei “antibaixaria” na Bahia.** OBSERVE: NEIM/Universidade Federal da Bahia, 2011.

SCOTT, Joan. **“Gênero: Uma categoria útil de análise histórica”.** In: Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995.

TANCIONI, Isabela. **Assédio Sexual no Meio Acadêmico.** *Blog Minas Nerds*, <<http://minasnerds.com.br/2016/02/12/assedio-sexual-na-ciencia/>> fevereiro de 2016

UNB, Universidade de Brasília. **Graduação: cursos presenciais** Disponível em <<https://www.unb.br/graduacao/cursos-presenciais?menu=439>> Acesso em setembro de 2017.

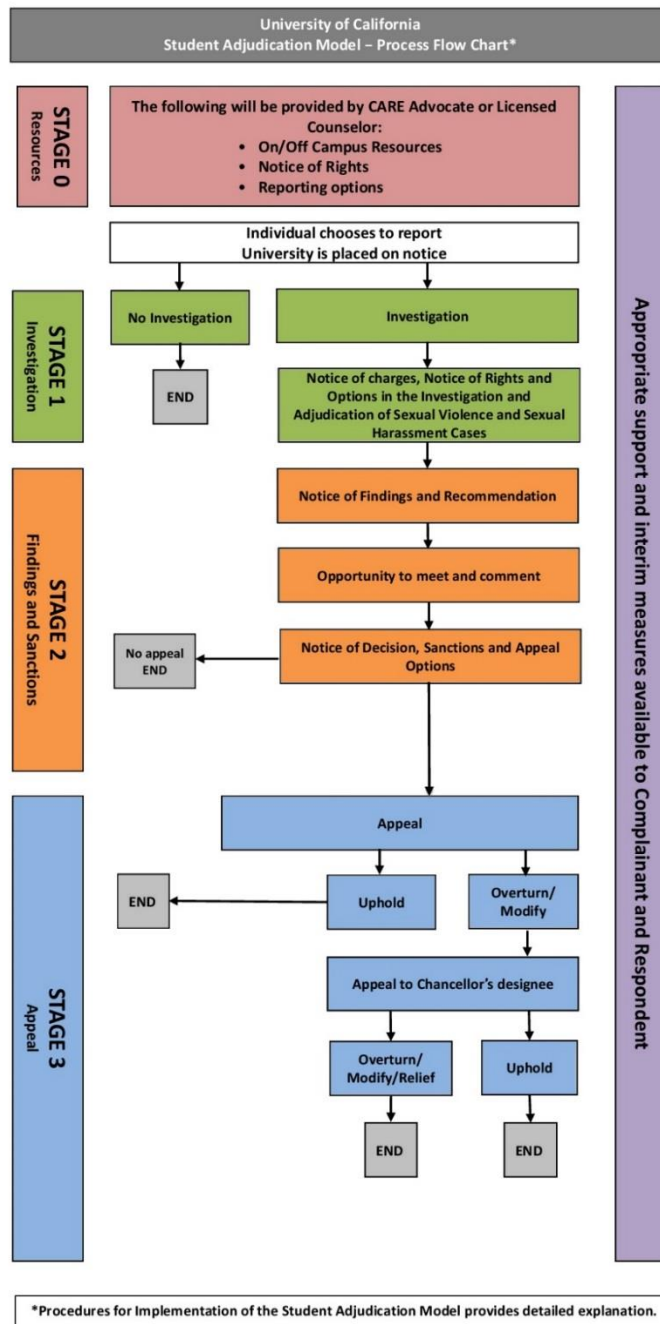
TRABALHO, Organização Internacional. **Declaração da OIT sobre Mecanismos de Combate à Discriminação e Promoção de Igualdade de Oportunidades.** Brasília: OIT, 2004.

YOUNG, Iris. **O gênero como serialidade: pensar as mulheres como um coletivo social.** Ex-Aequo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, Lisboa, 2004.

ZOTARELI, Vilma et al. **Violência de gênero e sexual contra estudantes em uma universidade brasileira.** Rev. Bras. Saude Mater. Infant. vol.12, n.1, pp.37-46. 2012.

ANEXOS

Anexo 1: fluxograma de denúncia UC Berkeley



Anexo 2: ato de suspensão – caso FAC

ATO DA REITORIA N. 0462/2017

Aplica a penalidade de suspensão ao servidor Mauro Giuntini Viana, matrícula SIAPE n. 3171947.

A REITORA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, no uso de suas atribuições estatutárias, em conformidade com o art. 207 da Constituição Federal de 1988; art. 13, da Lei n. 3.998/1961; inciso II, do art. 141, da Lei 8.112/1990; § 3º do art. 1º do Decreto n. 3.035, de 27 de abril de 1999, acrescido pelo Decreto n. 6.097, de 24 de abril de 2007; inciso I, do art. 1º, da Portaria/MEC n. 430, de 5/5/2009, com fundamento nos artigos 127, inciso II e 130 da Lei 8.112/1990, de 11 de dezembro de 1990, em conformidade com as razões expostas no Parecer n. 00065/2017/CONS/PFFUB/PG/AGU de 13/2/2017 e no Despacho n. 00071/2017/SPG/PFFUB/PGF/AGU de 13/2/2017 e considerando o que consta do Processo Administrativo Disciplinar n. 23106.018817/2015-46,

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar a penalidade de suspensão por 60 (sessenta) dias ao servidor Mauro Giuntini Viana, ocupante do cargo público de Professor de Magistério Superior, matrícula SIAPE n. 3171947, lotado na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, em razão de ter cometido as infrações previstas no artigo 116, incisos IX e XI da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Márcia Abrahão Moura
Reitora

Brasília, 18 de abril de 2017.



Ariadne Wojcik

9 h · 🌐

É com muito pesar que escrevo essa mensagem. No decorrer desse longo ano eu pensei em um cem números de "saídas", mas fica difícil quando se é vítima de uma mente brilhantemente psicopática e narcisista determinada. Esse texto tem 2 intuitos, denunciar uma situação de abuso insustentável e alertar as pessoas para a gravidade desse tipo de situação. Em virtude de alguns problemas familiares sempre tive muitas inseguranças e medos, além de vários problemas relacionados a minha estima própria. Eu tentava "sair" disso por meio dos estudos, desde antes de ingressar na faculdade, a minha carreira passou a ser o meu "refúgio", meu passaporte para me libertar de diversas situações incômodas. Nesse contexto, realizei diversos estágios em lugares que de despertavam afinidade, percebi que gostaria de fazer concurso público e resolvi dar uma pausa para estudar. Contudo, foi bem na época em que a Presidente Dilma anunciou o "congelamento" nos concursos públicos, entrei em desespero, nunca tinha advogado, estava perto de me formar, eu precisava aprender aquela profissão, seria minha saída. Mande um e-mail para um de meus melhores professores da UnB, com quem fizera 1 ano de matérias optativas em Direito Tributário, eu tinha me saído bem, ele tinha escritório e há 2 meses havia anunciado por meio do Yuri Assen uma vaga de estágio. Rafael Santos de Barros e Silva, eu nunca poderia imaginar o que estaria por vir. Comecei no estágio novo super empolgada, eu achava aquele professor o máximo, extremamente inteligente, detalhista, perspicaz, minucioso, brilhante. Como poderia ser ruim? Até que as coisas começaram a ficar esquisitas, vários presentes injustificados, mensagens por WhatsApp totalmente fora do contexto do trabalho (P.ex: "sou seu fã", ou "você é demais") e fora de hora, muitas, muitas, perguntas de cunho pessoal. Na época eu desconfiava, mas pensava: acho que não, ele é professor da UnB, me deu 1 ano de aula, é procurador do DF, tem um currículo e uma reputação impecável, é casado, ele não faria isso. O Fernando Couto, a Beatriz Souza e a Yarla Schmaedecke acompanharam tudo isso. A Beatriz, mais sábia que eu, estava desesperada me dizendo pra sair do estágio, mas eu sempre levei a questão profissional muito a sério (era quase tudo o que eu tinha), e sair naquele momento não me parecia uma opção "adulta" e "responsável",

além do que eu precisava do dinheiro da bolsa. Até que passou a ficar muito claro que ele tinha interesses em mim em nada relacionados ao trabalho, mas ele era tão educado, gentil, solícito, atencioso que eu não conseguia pensar mal, acho que eu não queria ver. As coisas ficaram "sérias" quando ele me disse que estava se divorciando da esposa e que estava muito mal com tudo, olhava pra mim com olhar de pesar e pedia que eu entendesse, dizia que gostava muito de mim e me pedia paciência. Eu não vou entrar no mérito das mentiras relacionadas a vida conjugal dele, porque essa não é uma história de desilusão, é uma história de abuso. As coisas ficaram muito estranhas quando ele demonstrava que sabia todos os lugares onde eu ia, sabia o teor das minhas conversas por WhatsApp, com quem eu falava, sabia as páginas que eu acessava no meu computador pessoal (que eu levava para trabalhar no estágio). Aquilo me incomodou, mas eu não tinha certeza, podia ser muita coincidência, então comecei a fazer "testes" para verificar, eu estava sendo completamente monitorada. Dito e feito, ele sabia a hora que eu pisava em casa, sabia as expressões que eu só usava com meus melhores amigos nas conversas de WhatsApp, sabia onde eu morava, sabia que eu tinha adotado um cachorro, sabia tudo o que ele descobriu sem que eu dissesse. A minha vida era completamente monitorada, meu carro, meu celular, meu computador, minha casa! Isso por precaução, para se assegurar que a imagem impecável dele não fosse maculada, eu era um risco muito grande à integridade da imagem dele, enquanto isso às favas minha integridade emocional e psicológica. Quando eu percebi onde tinha me metido... 6 meses depois, caiu minha ficha. Não "só" isso, mas muitas, muitas, muitas mentiras, coisas relacionadas à licitude dos negócios feitos no escritório. Eu percebi que estava diante de uma mente extremamente brilhante, maquiavélica, calculista, psicopática. Foi nessa época que passei a ter medo de ficar sozinha em casa, ele sabia onde eu morava, e dava muitos sinais disso, eu passei a dificuldades para dormir, qualquer barulho noturno me assustava e me fazia sentir ameaçada. Eu achei que saindo do escritório as coisas iriam ficar bem, em algum momento, ele iria me deixar em paz, ele iria parar com as mensagens veladas, as perseguições sutis, o tipo de coisa para não deixar vestígios, uma mente analítica e experiente frente a uma pessoa sem prática não comete deslizes. Passei por isso tudo com o apoio de alguns poucos amigos. Eu não tinha coragem de me abrir, de procurar ajuda, a culpa, a vergonha, eu não poderia suportar o estigma. Eu só queria esquecer tudo e seguir

não tinha coragem de me abrir, de procurar ajuda, a culpa, a vergonha, eu não poderia suportar o estigma. Eu só queria esquecer tudo e seguir minha vida. Até hoje eu não sei onde encontrei forças para terminar o semestre e escrever a monografia, eu vivi e vivo um pesadelo. Sai do escritório, termine a graduação em pânico, tinha medo e tenho medo dele, ele não é o tipo de pessoa que "só" persegue pessoas, ele é o tipo que não deixa rastros e se assegura com absoluta certeza de que sua imagem ficará intacta, para isso ele passa por cima de tudo e de todo, não importa o que. Tudo de forma absolutamente calculada, tal como um jogo de xadrez em que ele sempre ganha. Não estava me sentindo segura em Brasília, comecei a procurar emprego em Cuiabá, minha cidade de origem. Consegui, vim trabalhar do Tribunal de Justiça daqui, até coisas estranhas começaram a acontecer, novamente. Por exemplo, eu apresentar sintomas típicos de uma pessoa que foi "medicada" com remédio prescrito, aqueles medicamentos depressores do sistema nervoso central, sendo que eu não estou tomando nada. Ele já se utilizou dessa artimanha, em Brasília, para me fazer parecer desequilibrada, faz parte da campanha de difamação que os narcisistas promovem contra suas vítimas. Eu achava que aqui, em Cuiabá, no emprego novo, na vida nova, eu estaria a salvo da perseguição dele, mas ele nunca desiste, nunca. Eu estou exausta e não tenho mais forças para tentar me desvencilhar das artimanhas dessa mente doentamente perversa e egocêntrica. Cheguei no fim da linha, não vejo mais saída porque ele é o tipo de pessoa que não desiste, e eu apresento algum grau de risco, "eu sei demais". Eu tinha sonhos e planos, sempre fui romântica até demais, idealista, lutar por esses sonhos perdeu o sentido sabendo que tem um psicopata brilhante cuidando para que nada dê certo e para que tudo aparente ser fruto do acaso. Peço, por favor, façam alguma coisa, ele não vai se arrepender, ele não vai parar. Alguém faça alguma coisa! Pra mim é tarde... Que na próxima reencarnação eu possa fazer uso de todo aprendizado que tudo isso me trouxe, mesmo com tanta dor e sofrimento. Essa vida eu já não posso mais suportar, que Deus me perdoe e me entenda, mas ele já sabia, ele sempre sabe.

 Curtir  Compartilhar

   1 mil

Anexo 4 : Relatos/comentários na pesquisa – Item 16

“Já meio que fui assediada por um professor. Mas na época não percebia por conta da sutileza. Levava na brincadeira, pq achava "normal". Até que um dia estava conversando com ele e comentei algo sobre meu namorado, então ele disse "nossa, já se foram minhas chances de casar com você". Foi o clique pra perceber os assédios sutis por detrás de todas as "brincadeiras"”.

“Há um clima na unb onde o assedio e o perigo de violência sexualizada é plenamente negligenciado. Ouvi de muito professor progressista minimizar a questão dos estupros no campus universitário, nega-lo ou ignorar as conversas sobre esses tópicos de forma deliberada. Fiz dout de 2012-2016, e lembro no primeiro ano ficar sabendo de muitos estupros no campus, seja por estranhos, seja por ex-namorados ou amigos, assim como violência lesbofóbica, sendo por tanto, um espaço intimidador. nenhum prof de sociologia apontava este assunto em sala de aula, ou fora, como se não fosse "assunto da universidade"... quando terminei aconteceu o feminicídio dentro do laboratório de biologia e direi que não me surpreendeu, pois exceto as profes feministas, os professores convivem muito bem com as violências que as mulheres sofrimos na unb... há uma naturalização muito muito profunda do estupro na unb.”

“A pessoa que eu conheço saiu do curso, entrou em depressão e teve muitas dificuldades pessoais.”

“A maioria das alunas não denunciam por medo, medo de serem "perseguidas" pelo professor e sendo reprovada na matéria apenas por não aceitar sofrer o assédio”

“As vezes a gente evita falar sobre pq sabe q não vai dar em nada, só vai nos expor”

“Piores do que os professores são os alunos da faculdade Gama. Eu não gosto do campus porque já sofri tanto assédio, que hoje tenho dificuldade de aproximação das pessoas daqui.”

“Normalmente ocorre por professores novos (ao meu ver), muitas pessoas já chegaram até a comentar que "professores novinhos só dão aula nessa faculdade para 'comer' as alunas/monitoras (em especial)".

“Às vezes é difícil ter certeza se é mesmo um assédio. Ouvimos tantas vezes que é exagero da nossa parte que começamos a duvidar do que sentimos.”

“Conhecia uma colega da UnB que se suicidou em razão de assédio de um professor. Isso é constante e a impunidade é grande.”

“Gostaria de ter sido orientada por um professor o qual desenvolve uma linha de pesquisa e estudos completamente compatível com o que eu desejava inicialmente realizar em minha monografia, contudo desisti de pedir orientação a ele por medo de ser assediada devido aos inúmeros casos de assédio que o envolviam. (Ainda mais porque tinha acabado de sair de um estágio com apenas 1 mês de contrato porque não aguentava mais meu chefe me assediando praticamente todos os dias).”

“Às vezes é difícil ter certeza se é mesmo um assédio. Ouvimos tantas vezes que é exagero da nossa parte que começamos a duvidar do que sentimos.”

“Complicado abandonar a disciplina por assédio se o cara é o único, ou um dos, que ofertam a matéria.”

“Ariadne presente”

“Muitas mulheres estão divulgando quando sofrem assédios porém não há mais informações sobre denúncias e muito menos sobre órgão a qual podemos recorrer caso isso aconteça, portanto seria o ideal se essas informações fossem constantemente repassadas.”

“Professoras mulheres também cometem assédio. Foi o meu caso.”

“O IB tenta sempre abafar esses casos (assédio, preconceito, racismo)”

“Sou ex aluna. Entrei em 2007. Não sei dizer se nenhuma situação absurda aconteceu, ou se nós que ainda não tínhamos essa percepção do que poderia ser considerado assédio vindo de um professor, o que cabia denúncia ou não. O quão naturalizado era esse tipo de comportamento.”

“Professores importantes de um Instituto sempre são separados como homem e como profissional. A separação do homem à obra é a coisa mais violenta que existe dentro da Universidade. “

“O professor foi afastado e depois voltou.”

“Mesmo que não tenha sofrido na universidade, sei que lá é um ambiente que não me dá segurança e sinto o risco muito presente.”

“Os alunos também assediam. Nos cursos de engenharias do gama.”

“Acho que deveria ser mais passada a informação de onde procurar ajuda quando e se passar por uma situação de assédio dentro da universidade”

“Professor do Audiovisual”

“Fui aconselhada a não procurar nenhum órgão na universidade ou fora dela para não sofrer retaliação até o final do curso. Sou formada há 14 anos.”

“Acho que seria interessante a pesquisa se estender para os alunos, porque na FGA acredito que não houve nenhuma menina que não tenha sofrido algum tipo de assédio por parte de algum aluno. Para a parte do professor, acho que nós estamos acostumadas mais com as piadas e exclusões por sermos mulheres, do que com os casos mais graves, no geral. Mas existem casos mais específicos em que já houve um assédio não sei se posso dizer pior e ao procurar algo pra ser feito, foi aconselhado a se deixar pra lá. Temos um grupo no wpp Network das Minas, que talvez te ajude na sua pesquisa, pq lá a gente tenta se ajudar num ambiente tão machista.”
